

Resolução da Assembleia da República n.º 20/2000

Aprova, para ratificação, a Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 11 de Setembro de 1998, e respectivo Protocolo.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *j*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 11 de Setembro de 1998, e respectivo Protocolo, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, hindí e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 25 de Novembro de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia, desejando celebrar uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, acordaram nas disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação da Convenção

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários e os impostos sobre o montante global dos vencimentos ou salários pagos pelas empresas.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, nomeadamente:

- a) No caso da República Portuguesa:
- i*) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
 - ii*) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC);
 - iii*) A derrama;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

- b) No caso da República da Índia:

O imposto de rendimento, incluindo qualquer adicional ao mesmo (a seguir referido pela designação de «imposto indiano»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos soberanos relativamente à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- b) O termo «Índia» significa o território da Índia e compreende o mar territorial e o espaço aéreo, e bem assim as outras zonas marítimas onde, em conformidade com a legislação indiana e o direito internacional, incluindo a Convenção sobre o Direito do Mar das Nações Unidas, de 1982, a Índia tem direitos soberanos, outros direitos e jurisdição;
- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Índia, consoante resulte do contexto;
- d) O termo «imposto» significa o imposto português ou o imposto indiano, consoante resulte do contexto;
- e) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade ou qualquer outra entidade tratada como unidade tributável de acordo com a legislação fiscal em vigor num Estado Contratante;
- f) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- g) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- h) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorados por uma empresa de um Estado

Contratante, excepto se o navio ou aeronave forem explorados somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;

i) A expressão «autoridade competente» significa:

- i) Relativamente a Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou os seus representantes autorizados;
- ii) Relativamente à Índia, o Governo Central no Ministério das Finanças (Departamento de Receitas Fiscais) ou os seus representantes autorizados;

j) O termo «nacional» designa:

- i) Uma pessoa singular que tenha a nacionalidade de um Estado Contratante; e
- ii) Uma pessoa colectiva, sociedade de pessoas ou associação constituída de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante;

k) O termo «ano fiscal» significa:

- i) Relativamente a Portugal, o ano civil tal como previsto no Código do IRS ou o exercício fiscal tal como definido no Código do IRC;
- ii) Relativamente à Índia, o «ano anterior» como definido nos termos da secção 3 da Lei do Imposto de Rendimento de 1961.

2 — No que se refere à aplicação da Convenção, num dado momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão aí não definida deverá ter, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado que regula os impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação resultante desta legislação fiscal sobre a que decorra de outra legislação deste Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado, apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente apenas no Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente

apenas do Estado em que permanece habitualmente;

- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados ou não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, em virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva. Se o Estado em que estiver situado o local de direcção efectiva não puder ser determinado, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa, através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina;
- f) Um posto de vendas; e
- g) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer local de extracção de recursos naturais, incluindo uma instalação ou estrutura utilizada para a prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais, mas apenas por um período superior a 120 dias num ano fiscal.

3 — Um local ou um estaleiro de construção, um projecto de construção, de instalação ou de montagem, bem como as actividades de supervisão em conexão com as mesmas só constituem um estabelecimento estável se a sua duração exceder nove meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de bens ou mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de bens ou mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa, mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa, mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;

f) Uma instalação fixa, mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 — actue num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante, considera-se que esta empresa possui um estabelecimento estável no primeiro Estado mencionado, se:

- a) Tiver e habitualmente exercer nesse Estado poderes para celebrar contratos em nome da empresa, a não ser que as actividades respectivas se limitem, na totalidade, às indicadas no n.º 4; ou
- b) Não tiver tais poderes, mas mantiver habitualmente no primeiro Estado mencionado um depósito de bens ou de mercadorias a partir do qual procede a entregas regulares de bens ou de mercadorias em nome da empresa, e se actividades adicionais exercidas nesse Estado em nome da empresa tiverem contribuído para a venda de bens ou de mercadorias.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, considera-se que uma companhia seguradora de um Estado Contratante tem um estabelecimento estável no outro Estado Contratante, salvo no que se refere a resseguros, se cobrar prémios no território desse outro Estado ou segurar riscos aí situados por intermédio de uma pessoa que não seja um agente independente a que é aplicável o n.º 6.

8 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação dos rendimentos

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equi-

pamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, barcos, veículos motorizados e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

5 — As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados de bens mobiliários, ou aos rendimentos auferidos de serviços prestados em conexão com o uso ou a concessão do uso de bens imobiliários, que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados de bens imobiliários.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis:

- a) A esse estabelecimento estável;
- b) A vendas realizadas nesse outro Estado de bens ou de mercadorias idênticos ou similares aos bens ou mercadorias vendidos através desse estabelecimento estável; ou
- c) A outras actividades comerciais exercidas nesse outro Estado idênticas ou similares às actividades realizadas através desse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração, efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele, com ressalva do disposto na legislação interna do Estado Contratante em que o estabelecimento estável estiver situado.

4 — Não serão imputáveis lucros a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de bens

ou de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

5 — Para efeitos dos números anteriores, os lucros imputáveis a um estabelecimento estável serão determinados anualmente, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

6 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Navegação marítima e aérea

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante de que a empresa for residente.

2 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

3 — Quando sociedades de países diferentes acordam em exercer uma actividade de transporte aéreo sob a forma de um consórcio, o disposto no n.º 1 aplicar-se-á à parte dos lucros do consórcio correspondente à participação detida nesse consórcio por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

4 — Para efeitos do disposto neste artigo, por lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional entende-se os lucros auferidos do transporte marítimo ou aéreo de passageiros, correio, gado ou bens, efectuado pelo proprietário, locatário ou fretador dos navios ou aeronaves, incluindo os lucros provenientes:

- i) Da venda de bilhetes para tal transporte em nome de outras empresas;
- ii) Da eventual locação de navios ou aeronaves utilizadas para o referido transporte; e
- iii) Da utilização, manutenção ou aluguer de contentores (incluindo os reboques e demais equipamento afecto ao transporte de contentores) pela empresa que exerce uma actividade de tráfego internacional em conexão com o referido transporte.

5 — As participações em fundos gerados pela exploração de navios ou aeronaves, auferidas directamente por um estabelecimento estável de uma empresa de um Estado Contratante no outro Estado Contratante, serão consideradas lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional. Entende-se que tais participações não dizem respeito às participações em fundos representativos de investimentos.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no

capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e em ambos os casos as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, conseqüentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa deste Estado — e tributar nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada neste outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado, se as condições impostas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos. Na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas:

- a) Se os dividendos forem pagos por uma sociedade residente de Portugal a um residente da Índia que seja o beneficiário efectivo dos mesmos, o imposto português assim estabelecido não excederá:

i) 15% do montante bruto dos dividendos; ou

ii) 10% do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efectivo for uma sociedade que, durante um período ininterrupto de dois anos anteriormente ao pagamento do dividendo, detenha, directamente, pelo menos 25% do capital social da sociedade que paga os dividendos;

- b) Se os dividendos forem pagos por uma sociedade residente da Índia a um residente de Portugal que seja o beneficiário efectivo dos mesmos, o imposto indiano assim estabelecido não excederá:

i) 15% do montante bruto dos dividendos; ou

ii) 10% do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efectivo for uma sociedade que, durante um período ininter-

rupto de dois anos fiscais anteriormente ao pagamento do dividendo, detenha, directamente, pelo menos 25% do capital social da sociedade que paga os dividendos.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundadores ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos sujeitos ao mesmo regime fiscal dos rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui. O termo «dividendos» inclui também os rendimentos derivados de associação em participação.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos juros for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10% do montante bruto dos juros. As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, os juros provenientes de um dos Estados Contratantes serão isentos de imposto nesse Estado se:

- a) O devedor dos juros for esse Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local; ou

- b) Os juros forem pagos ao outro Estado Contratante, a uma sua subdivisão política ou administrativa, a uma sua autarquia local ou a uma instituição (incluídas as instituições financeiras) em virtude de financiamentos por eles concedidos no âmbito de acordos celebrados entre os Governos dos Estados Contratantes.

4 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública e de obrigações de empréstimos, incluindo prémios atinentes a esses títulos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

5 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa, uma sua autarquia local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

7 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties e retribuições por serviços conexos

1 — As *royalties* e as retribuições por serviços conexos provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — No entanto, essas *royalties* e retribuições por serviços conexos podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo das *royalties* e das retribuições por serviços conexos for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10% do seu montante bruto. As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «*royalties*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza atribuídas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes, gravações ou quaisquer outros meios de reprodução usados em conexão com a transmissão pela rádio ou pela televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — Para efeitos deste artigo, a expressão «retribuições por serviços conexos» significa pagamentos de qualquer natureza, com excepção dos mencionados nos artigos 14.º e 15.º da presente Convenção, efectuados a qualquer pessoa como retribuição pela prestação de serviços técnicos ou de consultoria (incluídos os serviços prestados através de pessoal técnico ou outro), desde que tais serviços:

- a) Sejam auxiliares e subsidiários da aplicação ou da fruição do direito, bens ou informações relativamente aos quais é auferida a retribuição referida no n.º 3; ou
- b) Facultem conhecimentos técnicos, experiência, especialização, *know-how* ou processos, ou consistam no desenvolvimento e transferência de um plano ou projecto de natureza técnica, que possibilite a aplicação da correspondente tecnologia pelo adquirente dos serviços.

5 — Não obstante o disposto no n.º 4, a expressão «retribuições por serviços conexos» não compreende os pagamentos:

- a) Relativos a prestações de serviços auxiliares e subsidiários, bem como indissociável e intimamente ligados, à venda de propriedade;
- b) Correspondentes a prestações de serviços auxiliares e subsidiários do aluguer de navios, aeronaves, contentores e demais equipamento usado em conexão com a exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional;
- c) Derivados de actividade docente exercida em, ou por, instituições pedagógicas;
- d) Relativos a prestações de serviços destinados à utilização pessoal do indivíduo ou dos indivíduos que efectuam o pagamento;
- e) A um empregado da entidade pagadora ou a qualquer pessoa singular ou empresa de pessoas singulares (que não seja uma sociedade) relativamente a serviços profissionais como tal definidos no artigo 14.º;
- f) Correspondentes a prestações de serviços em conexão com uma instalação ou estrutura utilizada para a prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais, como referido no artigo 5.º, n.º 2, alínea f);
- g) Derivados de prestações de serviços referidas no artigo 5.º, n.º 3.

6 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *royalties* e das retribuições por serviços conexos, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante de que

provêm as *royalties* e as retribuições por serviços conexos, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual as *royalties* e as retribuições por serviços conexos são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

7 — As *royalties* e as retribuições por serviços conexos consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa, uma sua autarquia local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *royalties* ou das retribuições por serviços conexos, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual as *royalties* e as retribuições por serviços conexos são pagas, e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento dessas *royalties* ou retribuições por serviços conexos, tais *royalties* ou retribuições por serviços conexos são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

8 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties* e das retribuições por serviços conexos, tendo em conta o uso, o direito ou a informação pelos quais são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo, na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários considerados no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional, ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves, só podem ser tributados no Estado Contratante de que a empresa for residente.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de participações no capital social de uma sociedade, cuja propriedade consiste essencialmente, directa ou indirectamente, em bens imobiliários situados num Estado Contratante, podem ser igualmente tributados nesse Estado. Os ganhos

provenientes da alienação de participações, com excepção das atrás mencionadas, numa sociedade residente de um Estado Contratante podem ser tributados nesse Estado.

5 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, excepto nas seguintes circunstâncias, caso em que tais rendimentos também podem ser tributados no outro Estado Contratante:

- a) Se esse residente dispuser, de forma habitual, no outro Estado Contratante de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades; neste caso, só pode ser tributada no outro Estado Contratante a parte dos rendimentos que for imputável a essa instalação fixa; ou
- b) Se o residente permanecer no outro Estado Contratante durante um período ou períodos que excedam, no total, 183 dias, em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; neste caso, só pode ser tributada no outro Estado Contratante a parte dos rendimentos obtidos das actividades exercidas nesse outro Estado.

2 — A expressão «profissões liberais» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º e 19.º, os salários, vencimentos e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no primeiro Estado mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação

fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante de que a empresa é residente.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens, senhas de presença e remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração, do conselho de supervisão (em Portugal, conselho fiscal) ou de outro órgão similar de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Tais rendimentos não podem, contudo, ser tributados no Estado mencionado no n.º 1, se as actividades aí referidas forem exercidas, durante uma visita a esse Estado, por um residente do outro Estado Contratante e quando essa visita for financiada, total ou substancialmente, por esse outro Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local.

Artigo 18.º

Pensões

Com ressalva do disposto no artigo 19.º, n.º 2, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1 — a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro

Estado Contratante se os serviços forem prestados neste Estado e se a pessoa singular for um residente deste Estado:

- i) Sendo seu nacional; ou
- ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — a) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, quer directamente, quer através de fundos por elas constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações similares, e bem assim às pensões, pagos em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local.

Artigo 20.º

Professores e investigadores

1 — Um professor ou investigador que é, ou foi, residente de um Estado Contratante imediatamente antes de se deslocar ao outro Estado Contratante, com o propósito de leccionar ou efectuar investigação, ou ambas, numa universidade, colégio, escola ou noutra instituição reconhecida desse outro Estado Contratante, fica isento de imposto nesse outro Estado pelas remunerações recebidas em consequência desse ensino ou investigação, durante um período não excedente a dois anos a contar da data da chegada a esse outro Estado.

2 — O disposto neste artigo não é aplicável ao rendimento obtido de investigação, se a referida investigação for empreendida essencialmente em benefício particular de uma ou mais pessoas.

3 — Para efeitos deste artigo e do artigo 21.º, uma pessoa singular é considerada residente de um Estado Contratante se for residente desse Estado no ano fiscal em que se desloca ao outro Estado Contratante ou durante o ano fiscal imediatamente anterior.

4 — Para efeitos do n.º 1, a expressão «instituição reconhecida» significa uma instituição que tenha sido aprovada, neste contexto, pela autoridade competente do Estado em causa.

Artigo 21.º

Estudantes e estagiários

As importâncias que um estudante, um aprendiz comercial ou um estagiário que é ou foi, imediatamente antes da sua permanência num Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e cuja permanência no primeiro Estado mencionado tem como único fim os seus estudos ou a sua formação receba para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação não são tributadas nesse Estado, desde que:

- a) Provenham de fontes situadas fora desse Estado;
- b) Constituam a remuneração de emprego exercido nesse outro Estado, num montante não

excedente a US\$ 3000 por ano, durante um período não superior a dois anos a contar da data da chegada a esse outro Estado Contratante, desde que tal emprego esteja directamente relacionado com os seus estudos.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante e donde quer que provenham não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no artigo 6.º, n.º 2, se o beneficiário desse rendimento, residente de um Estado Contratante, exercer actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável nele situado ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade, em relação ao qual o rendimento é pago, efectivamente conexo com esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

3 — Não obstante o disposto no n.º 1, se um residente de um Estado Contratante auferir rendimentos de fontes situadas no outro Estado Contratante sob a forma de lotarias, palavras cruzadas, corridas (incluindo corridas de cavalos), jogos de cartas, outros jogos ou apostas de qualquer espécie ou natureza, esses rendimentos podem ser tributados no outro Estado Contratante.

CAPÍTULO IV

Métodos para eliminar as duplas tributações

Artigo 23.º

Eliminação da dupla tributação

1 — A legislação em vigor em cada um dos Estados Contratantes continuará a regular a tributação do rendimento nos respectivos Estados Contratantes, salvo quando existam disposições em contrário na presente Convenção.

2 — Relativamente a Portugal, a dupla tributação será eliminada do seguinte modo:

Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados na Índia, Portugal deduzirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago na Índia. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Índia.

3 — Relativamente à Índia, a dupla tributação será eliminada do seguinte modo:

Quando um residente da Índia obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados em Portugal, a Índia dedu-

zirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago em Portugal, quer directamente quer mediante retenção na fonte. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados em Portugal.

4 — Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de um Estado Contratante for isento de imposto neste Estado, este Estado poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento.

5 — Considerar-se-á que o imposto pago num Estado Contratante, mencionado nos n.ºs 1 e 2 deste artigo, compreende o imposto sobre os dividendos, juros, *royalties* e retribuições por serviços conexos, e lucros das actividades comerciais ou industriais, que teria sido pago nos termos da presente Convenção na ausência de disposições legais respeitantes ao desagravamento ou isenção fiscais dos Estados Contratantes com vista à promoção do investimento efectivo ou do desenvolvimento económico. As disposições deste número aplicar-se-ão durante os primeiros sete anos em que a presente Convenção estiver em vigor. O período referido poderá ser prorrogado por acordo mútuo entre as autoridades competentes.

CAPÍTULO V

Disposições especiais

Artigo 24.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3 — Salvo se for aplicável o disposto no artigo 9.º, n.º 1, no artigo 11.º, n.º 6, ou no artigo 12.º, n.º 4, os juros, *royalties*, retribuições técnicas e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, nas mesmas condições como se fossem pagas a um residente do primeiro Estado mencionado.

4 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja detido ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferentes ou mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

5 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no artigo 24.º, n.º 1, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na Convenção.

2 — A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção. O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção. Poderão também consultar-se a fim de eliminar a dupla tributação em casos não previstos pela Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 26.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias, incluindo cópias autenticadas de documentos, com vista à aplicação desta Convenção ou das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária ao disposto nesta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais

e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser reveladas no decurso de audiências públicas de tribunais ou de sentença judicial.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

- a) Tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) Fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) Transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27.º

Assistência à cobrança

1 — Os Estados Contratantes acordam em prestar assistência e apoio mútuos, em conformidade com as disposições e normas da legislação e dos regulamentos respectivos, com vista à cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção, quando as importâncias em causa forem devidas efectivamente nos termos das leis e dos regulamentos do Estado Contratante que solicita assistência relativamente a essa cobrança.

2 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão tendo em vista estabelecer o modo de aplicação do presente artigo, nos casos em que considerem exequível a prestação de assistência à cobrança de impostos.

Artigo 28.º

Membros de missões diplomáticas e de postos consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros de missões diplomáticas e de postos consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 29.º

Entrada em vigor

1 — A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data em que forem trocadas as notas diplomáticas indicando a conclusão das formalidades legais internas de cada Estado Contratante, necessárias à entrada em vigor da presente Convenção.

2 — A presente Convenção aplicar-se-á:

- a) Relativamente a Portugal:
 - i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de

Janeiro do ano imediato àquele em que a presente Convenção entrar em vigor;

- ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediato àquele em que a presente Convenção entrar em vigor;

- b) Relativamente à Índia:

Relativamente aos rendimentos produzidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Abril imediatamente seguinte ao ano civil em que a presente Convenção entrar em vigor.

Artigo 30.º

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor por um período de tempo indeterminado, mas qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a Convenção por via diplomática, em ou antes de 30 de Junho de qualquer ano civil a contar do 5.º ano imediatamente a seguir ao ano em que tiver lugar a notificação. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

- a) Relativamente a Portugal:

- i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente a seguir à data em que o período especificado no aviso de denúncia expira;
- ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente a seguir à data em que o período especificado no aviso de denúncia expira;

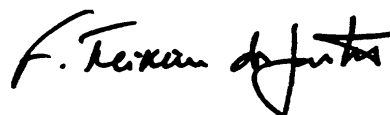
- b) Relativamente à Índia:

Relativamente aos rendimentos produzidos em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Abril imediatamente a seguir à data em que o período especificado no aviso de denúncia expira.

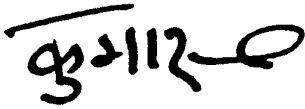
Em testemunho do qual os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feita em duplicado, em Lisboa, aos 11 dias do mês de Setembro de 1998, nas línguas portuguesa, hindi e inglesa, sendo todos os textos igualmente válidos e prevalecendo o texto inglês em caso de dúvida.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo da República da Índia:



PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Índia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, os signatários acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção:

Ad artigo 3.º

Para efeitos do n.º 3, a referência ao momento de aplicação da Convenção significa o momento em que são gerados os rendimentos que constituem o objecto da presente Convenção.

Ad artigos 3.º e 23.º

Para efeitos do artigo 3.º, n.º 1, alínea d), e do artigo 23.º, o termo «imposto» não compreende nenhuma importância exigível em virtude de erro ou omissão relativamente aos impostos a que a presente Convenção se aplica ou que represente uma penalização imposta em relação a esses impostos.

Ad artigo 5.º

Para efeitos do n.º 2, considera-se que um armazém utilizado por uma pessoa que presta serviços de armazenagem a outrem constitui um estabelecimento estável.

Ad artigo 6.º

Para efeitos do n.º 1, entende-se que o Estado Contratante de que a pessoa que auferir os rendimentos de bens imobiliários é residente fica igualmente autorizado a tributar esses rendimentos.

Ad artigo 7.º

Para efeitos do n.º 3, entende-se que as disposições da legislação fiscal interna aí referidas remetem, no caso da Índia, para a secção 44C da Lei do Imposto de Rendimento da Índia, de 1961. Entende-se igualmente que as condições e os limites referidos na secção 44C não serão, em caso algum, menos favoráveis do que as condições e os limites em vigor à data de assinatura da presente Convenção.

Ad artigo 13.º

Para efeitos dos n.ºs 1 e 4, entende-se que o Estado Contratante de que a pessoa que auferir as mais-valias é residente fica igualmente autorizado a tributar essas mais-valias.

Ad artigo 23.º

Entende-se que a expressão «desenvolvimento económico» usada no artigo 23.º, n.º 5, significa desenvolvimento industrial ou desenvolvimento de facilidades infra-estruturais.

Ad artigo 24.º

1 — As disposições do artigo 24.º não são impeditivas da aplicação do disposto na legislação fiscal dos Estados

Contratantes respeitante a problemas de subcapitalização.

2 — O disposto no artigo 24.º será interpretado no sentido de que cada Estado Contratante pode aplicar os seus próprios procedimentos internos no que respeita ao ónus da prova, no concernente à dedutibilidade das despesas suportadas.

3 — As disposições do n.º 2 não serão interpretadas no sentido de impedirem um Estado Contratante de tributar os lucros de um estabelecimento estável, que uma sociedade do outro Estado Contratante tem no primeiro Estado mencionado, a uma taxa de imposto mais elevada do que a taxa incidente sobre os lucros de uma sociedade idêntica do primeiro Estado Contratante mencionado, na condição de que a diferença entre ambas as taxas não seja superior a 10%.

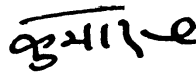
Em testemunho do qual os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Feita em duplicado, em Lisboa, aos 11 dias do mês de Setembro de 1998, nas línguas portuguesa, hindi e inglesa, sendo todos os textos igualmente válidos e prevalecendo o texto inglês em caso de dúvida.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo da República da Índia:



आय पर करों के संबंध में दोहरे करणान के परिहार और
राजस्व अपवंचन को रोकने के लिए

पुर्नगल गणराज्य की सरकार

और

भारत गणराज्य की सरकार

के बीच अभिसमय

पुर्नगल गणराज्य की सरकार और भारत गणराज्य की सरकार के बीच आय पर करों के संबंध में दोहरे करणान के परिहार और राजस्व अपवंचन को रोकने के लिए एक अभिसमय निष्पन्न करने की क्रिया से निम्न प्रकार से सहमति हुई है :-

अध्याय I

अभिसमय का कार्य क्षेत्र

अनुच्छेद - 1

व्यक्तिगत कार्य क्षेत्र

यह अभिसमय उन व्यक्तियों पर लागू होगा जो संचिकाकारी राज्यों में से एक अथवा दोनों के निवासी हैं ।

अनुच्छेद - 2

अभिसमय के अंतर्गत आने वाले कर

1. यह अभिसमय किसी सविदाकारी राज्य अथवा इसके राजनीतिक उप-प्रभागों अथवा स्थानीय प्रधिकरणों की ओर से लगाए गए करों पर लागू होगा चाहे ये किसी भी प्रकार से लगाए जाएं ।
2. सकल आय अथवा आय के तत्वों पर लगाए गए सभी करों को आय पर करों के रूप में माना जाएगा जिनमें चत अथवा अचत सम्पत्ति के अंतरण से प्राप्त अभिताओं पर कर तथा उपयुक्त ढंग अथवा की गई मजदूरियों और वेतनों की राशियों पर लगाए गए कर भी शामिल होंगे ।
3. जिन मजदूरों को पर यह अभिसमय लागू होगा, वे विशेषतया इस प्रकार हैं :-
 - क) पूर्णकाल गणराज्य के मामले में :
 - क) वैयक्तिक आयकर {इम्पेस्टे सोल ओ रॉडमेंटो डस फेसोअस रिंगुतार्ल-आई आर एफ} ;
 - ख) निगम आयकर {इम्पेस्टे सोल ओ रॉडमेंटो डस फेसोअस कोलेक्टिवस -आई आर सी} ;
 - ग) निगम आयकर {डेवामा} पर स्थानीय उप कर ;
 - घ) जिसे इसके बाद "पूर्णकाली कर" कहा जाएगा;
 - ख) भारत गणराज्य के मामले में :
 - आयकर जिसमें उस पर लगने वाला कोई अधिभार भी शामिल है ;
 - जिसे इसके बाद "भारतीय कर" कहा जाएगा ।
4. यह कथार किसी भी समरूप अथवा सातः इसी तरह के करों पर भी लागू होगा, जो कथार पर हस्ताक्षर किए जाने के पश्चात् विद्यमान करों के अतिरिक्त अथवा उनके स्थान पर लगाए जाते हैं । सविदाकारी राज्यों के सक्षम प्रधिकारी, अपने-अपने करारान कानूनों में किए गए महत्वपूर्ण परिवर्तनों के संबंध में एक-दूसरे को अधिसूचित करते रहेंगे ।

अध्याय II

परिभाषाएं

अनुच्छेद - 3

सामान्य परिभाषाएं

1. इस अभिसमय के प्रयोजनार्थ जब तक संदर्भ के अनुसार अन्यथा अपेक्षित न हो :
 - क) "पूर्णकाल" पद से अभिप्रेत है - यूरोपियन महाद्वीप में स्थित पूर्णकाल गणराज्य का राज्य क्षेत्र, पोरस तथा मेडीया के द्वीप समूह, क्षेत्रीय समुद्र तथा कोई अन्य जौन जिस पर पूर्णकाली कानूनों एवं अन्तरराष्ट्रीय कानून के अनुसार, पूर्णकाल गणराज्य का अपना क्षेत्राधिकार अथवा समुद्र तल और अबमूदा तथा उर्वरकाली जलों के प्रकृतिक स्रोतों की सौजन एवं शोधन के संबंध में इसके प्रमुत्ता सम्पन्न अधिकार हैं;
 - ख) "भारत" पद से अभिप्रेत है भारत का राज्य क्षेत्र तथा इसमें उसके राज्य क्षेत्रीय समुद्र तथा उसके उपर की ब्यु सीमा सम्मिलित है तथा कोई भी अन्य समुद्री क्षेत्र जिस पर समुद्री कानून पर संयुक्त राष्ट्र के 1982 के अभिसमय सहित भारतीय कानून के अनुसार और अन्तरराष्ट्रीय कानून के अनुसार भारत के प्रमुत्तासम्पन्न अधिकार, अन्य अधिकार तथा क्षेत्राधिकार हैं ;
 - ग) "एक सविदाकारी राज्य" तथा "दूसरा सविदाकारी राज्य" पदों से संदर्भ की अपेक्षा के अनुसार पूर्णकाल अथवा भारत अभिप्रेत है ;
 - घ) "कर" पद से संदर्भ की अपेक्षानुसार पूर्णकाली कर अथवा भारतीय कर अभिप्रेत है ;
 - ङ) "व्यक्ति" पद से कोई व्यक्ति, कोई कम्पनी, व्यवस्थियों का कोई निकाय अथवा कोई अन्य सत्ता अभिप्रेत है जिसे किसी संबंधित सविदाकारी राज्य में प्रकृत कानूनों के तहत एक कर योग्य इकाई के रूप में माना जाता हो ;
 - च) "कम्पनी" पद से कोई निगमित निकाय अथवा कोई ऐसी सत्ता अभिप्रेत है जिसे कर प्रयोजनों के लिए एक निगमित निकाय के रूप में माना जाता हो ;
 - छ) "एक सविदाकारी राज्य का उद्यम" तथा "दूसरे सविदाकारी राज्य का उद्यम" पदों से क्रमशः एक सविदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा संचालित कोई उद्यम तथा दूसरे सविदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा संचालित कोई उद्यम अभिप्रेत है ;
 - ज) "अन्तरराष्ट्रीय यन्त्रालय" पद से अभिप्रेत है किसी ऐसे जलयान अथवा ब्युयान द्वारा कोई भी परिवहन जो एक सविदाकारी राज्य के किसी उद्यम द्वारा संचालित हो, सिवाय उस स्थिति के जब जलयान अथवा ब्युयान केवल दूसरे सविदाकारी राज्य के स्थानों के बीच ही चलाया जाता हो ;
 - झ) "सक्षम प्रधिकारी" पद से अभिप्रेत है :
 - क) पूर्णकाल में : कित्त मंत्री अथवा करारान महानिदेशक {महानिदेशक डस इम्पेस्टारस} अथवा उनका प्रधिकृत प्रतिनिधि ;
 - ख) भारत में : केन्द्रीय सरकार का कित्त मंत्रालय {राजस्व विभाग} अथवा उसका प्रधिकृत प्रतिनिधि ;
 - ञ) "राष्ट्रिय" पद से अभिप्रेत है :
 - क) किसी सविदाकारी राज्य की राष्ट्रियता धारण करने वाला कोई व्यक्ति ;
 - ख) कोई कानूनी व्यक्ति, भागीदारी अथवा संस्था जिसे अपनी ये वैसियत किसी सविदाकारी राज्य में प्रकृत कानूनों से उस रूप में प्राप्त होती हो ;

क) "विक्रीय वर्ष" पद से अभिप्रेत है :

- क) पूर्णकाल के मामले में, आई.आर.एस. संहिता में बताया गया सिकल वर्ष अथवा आई.आर.एस. संहिता में परिभाषित करारान अवधि ;
- ख) भारत के मामले में, "पूर्ववर्ती वर्ष" जैसा कि आयकर अधिनियम, 1961 की धारा 3 के अंतर्गत परिभाषित किया गया है ।

2. जहां तक किसी सविदाकारी राज्य द्वारा किसी भी समय इस अभिसमय को लागू करने का प्रश्न है, जब तक संदर्भ में अन्यथा अपेक्षित न हो तब तक उसमें किसी भी अपेक्षित पद का वही अर्थ होगा जो उन करों के प्रयोजनार्थ उस राज्य के कानून के अंतर्गत उस समय अर्थ होगा जिनके लिए यह अभिसमय लागू होता है और उस राज्य के अन्य कानूनों के अंतर्गत उस पद का जो भी अर्थ लगाया जाएगा उस पर उस राज्य के प्रयुक्त कर कानूनों के अंतर्गत किसी भी अर्थ को प्रधानता दी जाएगी ।

अनुच्छेद - 4

निवासी

1. इस अभिसमय के प्रयोजनार्थ, "एक सविदाकारी राज्य का निवासी" पद से अभिप्रेत है कोई भी ऐसा व्यक्ति जिस पर उस राज्य के कानूनों के अंतर्गत उसके अधिवास, निवास, प्रबंध-स्थान अथवा इसी प्रकार की किसी अन्य कथोक्ति के कारण वहां पर कर लगाया जा सकता है । तथापि इस पद में ऐसा कोई व्यक्ति शामिल नहीं है जिस पर उस राज्य में उस राज्य के स्रोतों से प्राप्त आय के बारे में ही कर लगाया जा सकता है ।
2. जहां धैरग्राफ 1 के उपबन्धों के कारण कोई व्यक्ति दोनों सविदाकारी राज्यों का निवासी हो वहां उसकी वैसियत निम्नानुसार तय की जाएगी :
 - क) उसे उस राज्य का ही निवासी माना जाएगा जहां उसे एक स्थायी निवास-गृह उपलब्ध हो, यदि उसे दोनों राज्यों में कोई स्थायी निवास-गृह उपलब्ध हो तो वह उस राज्य का निवासी माना जाएगा जिसके साथ उसके व्यक्तिगत और आर्थिक संबंध घनिष्ठतर {महत्वपूर्ण हितों का केन्द्र} है ;
 - ख) यदि उस राज्य का जिसमें उसके महत्वपूर्ण हित निहित हैं, निश्चय नहीं किया जा सकता हो अथवा यदि उसके दोनों राज्यों में से किसी भी राज्य में कोई स्थायी निवास-गृह उपलब्ध नहीं हो तो वह उस राज्य का ही निवासी माना जाएगा जिसमें वह आदतन रहता हो ;
 - ग) यदि वह आदतन दोनों ही राज्यों में रहता हो अथवा उनमें से किसी भी राज्य में नहीं रहता हो तो वह उस राज्य का ही निवासी माना जाएगा जिसका वह एक राष्ट्रिक है ;
 - घ) यदि वह दोनों सविदाकारी राज्यों का राष्ट्रिक है अथवा उनमें से किसी का भी राष्ट्रिक नहीं हो तो सविदाकारी राज्यों के सक्षम प्रधिकारी परस्पर एक सहमति द्वारा इस प्रश्न का निर्णय करेंगे ।
3. जहां व्यक्ति से निम्न कोई व्यक्ति धैरग्राफ 1 के उपबन्धों के कारण दोनों सविदाकारी राज्यों का निवासी हो तो वह उस राज्य का ही निवासी माना जाएगा जिसमें उसका वास्तविक प्रबंध-स्थान स्थित है । यदि वह राज्य, जिसमें उसका प्रभावी प्रबंध-स्थान स्थित है, का निश्चय नहीं किया जा सकता हो तब सविदाकारी राज्यों के सक्षम प्रधिकारी परस्पर एक सहमति से इस प्रश्न को हल करेंगे ।

अनुच्छेद - 5

स्थायी संस्थापन

1. इस अभिसमय के प्रयोजनार्थ "स्थायी संस्थापन" पद से कारोबार का वह निश्चित स्थान अभिप्रेत है जिसके द्वारा किसी उद्यम का कारोबार सम्पन्नित और अंशतः किया जाता है ।
2. "स्थायी संस्थापन" पद में विशेषतया निम्नलिखित शामिल हैं :
 - क) प्रबंध का कोई स्थान ;
 - ख) कोई शाखा ;
 - ग) कोई कार्यालय ;
 - घ) कोई कारखाना ;
 - ङ) कोई कार्यशाळा ;
 - च) कोई किसी बाजार ; और
 - छ) कोई स्थान, तेल अथवा गैस का कोई कुआँ, कोई सदान अथवा प्रकृतिक संसाधनों के निष्कर्षण का कोई अन्य स्थान, जिसमें प्रकृतिक संसाधनों की सौजन अथवा निष्कर्षण के लिए प्रयुक्त कोई प्रतिस्थापन अथवा संरचना भी शामिल है यदि इसका प्रयोग एक कित्त वर्ष में 120 दिनों से अधिक किया जाए ।
3. कोई भवन स्थल अथवा कोई निगम, संयोजन अथवा प्रतिष्ठान धैरयोजना अथवा उससे संबंधित पर्यकी कार्यकलाओं को सभी एक स्थायी संस्थापन माना जाएगा यदि ऐसा स्थल, धैरयोजना अथवा कार्यकलाप 9 महीने से अधिक की अवधि तक चलता रहता हो ।
4. इस अनुच्छेद के पूर्ववर्ती उपबन्धों के छोटे हुए भी, "स्थायी संस्थापन" पद में निम्नलिखित को शामिल नहीं माना जाएगा :
 - क) किसी उद्यम के माल अथवा फ्य-वस्तुओं के केवल भण्डारण, प्रदर्शन अथवा डिलीवरी के प्रयोजनार्थ सुविधाओं का प्रयोग ;
 - ख) केवल भण्डारण, प्रदर्शन अथवा डिलीवरी के प्रयोजनार्थ उद्यम के माल अथवा फ्य-वस्तुओं का स्टॉक रचना ;

- § ग) किसी अन्य उद्यम द्वारा केवल संसाधित किए जाने के प्रयोजनार्थ उद्यम के माल अथवा फ्य-वस्तुओं का स्टॉक रचना ;
- § घ) किसी उद्यम के लिए माल अथवा फ्य-वस्तुओं का केवल क्रय करने अथवा उसके लिए सूचना फ़रन करने के प्रयोजनार्थ कारोबार का कोई निश्चित स्थान रचना ;
- § ङ-। उद्यम के लिए केवल किसी अन्य प्रारंभिक अथवा सहायक स्वरूप के कार्यकलाप चलाते के प्रयोजनार्थ कारोबार का कोई निश्चित स्थान रचना ;
- § च) उप-पैराग्राफ १ से § ङ-। में उल्लिखित कार्यकलापों के मात्र संयोजन के लिए कारोबार का कोई निश्चित स्थान रचना बतर्ते कि इस संयोजन के परिणामतः कारोबार के निश्चित स्थान के समग्र कार्यकलाप प्रारंभिक अथवा सहायक स्वरूप के हों ।
5. पैराग्राफ 1 और 2 के उपखंडों के छोटे हुए भी, जहां स्वतंत्र हैसियत वाले किसी प्लेन्ट से भिन्न कोई व्यक्ति, जिस पर पैराग्राफ 6 लागू होता है, एक संविदाकारी राज्य में दूसरे संविदाकारी राज्य की ओर से कार्य करता है तो उस उद्यम का प्रारंभिक लिखित राज्य में स्थायी संस्थापन होना माना जाएगा यदि वह उस व्यक्ति को :

- § क) उद्यम की ओर से संविदाएं सम्पन्न करने का अधिकार प्राप्त हो और वह आमतौर से उस राज्य में प्रधिकार का प्रयोग करता हो, जब तक कि उसके कार्यकलाप पैराग्राफ 4 में उल्लिखित कार्यकलापों तक ही पूर्णतया सीमित न हों ;
- § ख) उसके पास ऐसा कोई अधिकार नहीं हो पन्तु वह प्रयोक्त राज्य में आमतौर पर माल अथवा फ्य-वस्तुओं का कोई स्टॉक रचना हो जिसमें से वह उद्यम की ओर से माल अथवा फ्य-वस्तुओं की नियमित रूप से डिलीवरी करता हो, तथा उद्यम की ओर से उस राज्य में किए गए अतिरिक्त कार्यकलापों ने माल अथवा फ्य-वस्तुओं की बिक्री में सहायता दी हो ।
6. किसी संविदाकारी राज्य का दूसरे संविदाकारी राज्य में केवल इस कारण कोई स्थायी संस्थापन होना नहीं माना जाएगा कि वह उस दूसरे राज्य में किसी दस्ता, सामान्य कमीशन प्लेन्ट अथवा स्वतंत्र हैसियत वाले किसी अन्य अभिकर्ता के माध्यम से कारोबार करता है बतर्ते कि ऐसे व्यक्ति अपना कारोबार सामान्य रूप से कर रहे हों ।
7. इस अनुच्छेद के पूर्वकीर्ण उपखंडों के छोटे हुए भी किसी संविदाकारी राज्य के किस भीमा उद्यम का पुनर्बीमा के मामलों को छोड़कर, दूसरे संविदाकारी राज्य में एक स्थायी संस्थापन होना माना जाएगा यदि वह किसी स्वतंत्र हैसियत वाले किसी अभिकर्ता से भिन्न किसी व्यक्ति के माध्यम से उस दूसरे राज्य के क्षेत्र में प्रिमियम वसूल करेगा अथवा वहां स्थित जोषियों का बीमा करेगा जिस पर पैराग्राफ 6 लागू होता है ।
8. यह तथ्य कि कोई कम्पनी जो एक संविदाकारी राज्य की निवासी है, किसी ऐसी कम्पनी का नियंत्रण करती है अथवा उसके द्वारा नियंत्रित होती है, जो दूसरे संविदाकारी राज्य की निवासी है अथवा जो उस दूसरे राज्य में § चाहे किसी स्थायी संस्थापन के माध्यम से अथवा § कारोबार करती है तो केवल इसी बात से उन दोनों में से कोई भी कम्पनी एक दूसरे की स्थायी संस्थापन नहीं बन जाएगी ।

अध्याय III

आय पर कर लगाना

अनुच्छेद - 6

अवल सम्पत्ति से आय

1. एक संविदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा दूसरे संविदाकारी राज्य में स्थित अवल सम्पत्ति जिसमें कृषि अथवा खानिकी से प्राप्त आय भी शामिल है § से प्राप्त आय पर उस दूसरे राज्य में कर लगाया जा सकेगा ।
2. "अवल सम्पत्ति" पद का अर्थ वही होगा जो उस संविदाकारी राज्य के कानून के अंतर्गत उसका अर्थ है जिसमें संबंधित सम्पत्ति स्थित है । इस पद में किसी भी हालत में ये शामिल होंगे, अवल सम्पत्ति के अवसाधन के रूप में सम्पत्ति, कृषि और खानिकी में प्रयुक्त फ़सुधन और उपकरण, ऐसे अधिकार जिन पर भू-सम्पत्ति संबंधी सामान्य कानून के उपखंड लागू होते हैं, अवल सम्पत्ति को भोगने के अधिकार और संचान मंडार, छेत् तथा अन्य प्रकृतिक संसाधनों के संचालन के लिए अथवा कार्य करने के अधिकार के प्रतिफल के रूप में परिचरनीय अथवा नियत अदायगीयों के अधिकार । जलयान, नौकाएं, मोटर गाड़ियां तथा व्यययान अवल सम्पत्ति नहीं समझे जाएंगे ।
3. पैराग्राफ 1 के उपखंड, अवल सम्पत्ति के प्रत्यक्ष उपयोग, उसे किराये पर देने अथवा किसी अन्य प्रकार के प्रयोग से होने वाली आय पर लागू होंगे ।
4. पैराग्राफ 1 तथा 3 के उपखंड किसी उद्यम की अवल सम्पत्ति से प्राप्त आय पर तथा स्वतंत्र व्यक्तिसगत सेवकों के निष्पदन के लिए प्रयुक्त अवल सम्पत्ति से प्राप्त आय पर भी लागू होंगे ।
5. पूर्वकीर्ण उपखंड चल सम्पत्ति से प्राप्त आय अथवा अवल सम्पत्ति के प्रयोग अथवा प्रयोग करने के अधिकार से संबंधित सेवकों से प्राप्त आय पर भी लागू होंगे, पर दोनों में से चाहे जो भी उस संविदाकारी राज्य के कठपान कानून के अंतर्गत अवल सम्पत्ति से प्राप्त आय में शामिल की जाए जिसमें वह सम्पत्ति स्थित है ।

अनुच्छेद - 7

कारोबार से लाभ

1. एक संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम के लाभों पर केवल उसी राज्य में कर लगाया जाएगा जब तक कि वह उद्यम दूसरे संविदाकारी राज्य में स्थित किसी स्थायी संस्थापन के तथिके से कारोबार नहीं करता हो।

यदि कोई उद्यम उपर्युक्त तथिके से कारोबार करता हो तो उद्यम के लाभों पर दूसरे संविदाकारी राज्य में कर लगाया जा सकता है पन्तु उसके केवल उतने अंश पर ही कर लगाया जाे § क) उस स्थायी संस्थापन : § ख) दूसरे राज्य में ऐसे माल अथवा फ्य-वस्तुओं की बिक्रियों जो उस माल से मिलता-जुलता अथवा वैसा ही हो जो उस स्थायी संस्थापन द्वारा बेचा जाता है अथवा § ग) उस दूसरे राज्य में की गई अन्य व्यावसायिक गतिविधियां जो उसी प्रकार की और वैसी ही हो जो उस स्थायी संस्थापन द्वारा की जाती है, के कारण प्राप्त हुए हों ।

2. पैराग्राफ 3 के उपखंडों के अधीन रहते हुए, जहां किसी संविदाकारी राज्य का कोई उद्यम दूसरे संविदाकारी राज्य में वहां स्थित किसी स्थायी संस्थापन के माध्यम से कारोबार करता हो, वहां प्रत्येक संविदाकारी राज्य में, ऐसे स्थायी संस्थापन के कारण वे लाभ हुए माने जाएंगे, जिनके होने की तब अफ़सा रहती जब वह एक-समान या मिलती-जुलती परिस्थितियों में एक-समान या मिलते-जुलते कार्यकलापों में लगा हुआ कोई निश्चित और भिन्न उद्यम होता और उस उद्यम के साथ पूर्णतः स्वतंत्र रूप से कारोबार करता जिसका यह एक स्थायी संस्थापन है ।
3. किसी स्थायी संस्थापन के लाभों का निर्धारण करने में, उन सबों की कटौती की अनुमति दी जाएगी जो स्थायी संस्थापन के कारोबार के प्रयोजनार्थ सर्च किए जाते हैं जिनमें इस प्रकार सर्च किए गए कार्यकारी तथा सामान्य प्रशासनिक व्यय भी शामिल हैं, चाहे ये उस राज्य में किए गए हों, जिसमें स्थायी संस्थापन स्थित हो अथवा अन्यत्र किए गए हों तथा ये उस संविदाकारी राज्य के स्वदेशी कानूनों के अधधीन किए गए हों जिसमें स्थायी संस्थापन स्थित है ।
4. कोई लाभ केवल इस कारण स्थायी संस्थापन को हुआ नहीं माना जाएगा कि उस स्थायी संस्थापन द्वारा उद्यम के लिए मात्र माल अथवा फ्य-वस्तुओं की बिक्री की गई है ।
5. पूर्वकीर्ण पैराग्राफों के प्रयोजनार्थ स्थायी संस्थापन के कारण हुए समझे जाने वाले लाभों को तब तक वर्षानुवर्ष उसी पद्धति से निर्धारित किया जाता रहेगा, जब तक कि उसके विपरीत कोई ठोस तथा पर्याप्त कारण नहीं हो ।
6. जहां लाभों में आय की ऐसी मदें शामिल हों जिन पर इस अभिसमय के अन्य अनुच्छेदों में अलग से विचार किया गया हो, तब इस अनुच्छेद के उपखंड उन अनुच्छेदों के उपखंडों को प्रभावित नहीं करेंगे ।

अनुच्छेद - 8

जहाजचाली और बंधु परिवहन

1. अन्तरराष्ट्रीय यातायात में जलयानों अथवा व्यययानों के परिचालन से प्राप्त लाभों पर केवल उसी संविदाकारी राज्य में कर लगाया जाएगा जिसका उद्यम निवासी हो ।
2. पैराग्राफ 1 के उपखंड किसी पूल, किसी संयुक्त कारोबार अथवा किसी अन्तरराष्ट्रीय परिचालन पर्येसी में भाग लेने से प्राप्त लाभों पर भी लागू होंगे ।
3. जब कभी भी विभिन्न देशों की कम्पनियां एक कंसोर्टियम के रूप में मिल-जुल कर बंधु परिवहन कारोबार चलाने के लिए सहमत होती हैं तब इस पैराग्राफ के उपखंड कंसोर्टियम के लाभों के ऐसे भागों पर लागू होंगे जो किसी ऐसी कम्पनी द्वारा उस कंसोर्टियम में धारित सन्तुष्टिगतता के अनुसार होगा जो कि संविदाकारी राज्य की निवासी है ।
4. इस अनुच्छेद के प्रयोजनार्थ, अन्तरराष्ट्रीय यातायात में जलयानों अथवा व्यययानों के प्रवाहन से प्राप्त लाभों का अर्थ, जलयानों अथवा व्यययानों के मालिकों, पट्टेदारों अथवा चार्टरों द्वारा किए गए यात्रियों, डाक, फ़सुधन अथवा माल के समुद्र अथवा विमान द्वारा परिवहन से प्राप्त लाभ से है जिसमें निम्नलिखित से प्राप्त लाभ भी शामिल हैं :-
- § i) ऐसे परिवहन हेतु दूसरे उद्यमों की ओर से टिकटों की बिक्री ;
- § ii) ऐसे परिवहन में प्रयुक्त जलयानों अथवा विमानों की यन्त्रदा फूटे पर देना ; और
- § iii) ऐसे परिवहन से सम्बद्ध अन्तरराष्ट्रीय यातायात में लगे हुए उद्यम बंधु § आयानों के परिवहन हेतु ट्रेटों और सम्बद्ध उपकरणों सहित § आयानों का प्रयोग, रत्न-रत्नाय फवं रुद्धे किराए पर देना ।
5. एक संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम के स्थायी संस्थापन की दूसरे संविदाकारी राज्य में जलयानों अथवा व्यययानों के प्रचालनों से सीधे प्राप्त होने वाली निधियों पर न्याय को अन्तरराष्ट्रीय यातायात में जलयानों अथवा व्यययानों के प्रचालनों से प्राप्त लाभों के रूप में माना जाएगा । यह स्पष्ट किया जाता है कि ऐसे न्याय का निवेदों की पीतक निधियों पर न्याय के रूप में उल्लेख नहीं किया जाएगा ।

अनुच्छेद - 9

संबद्ध उद्यम

1. जहां
- § क) एक संविदाकारी राज्य का कोई उद्यम दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम के प्रबंध, नियंत्रण अथवा पूंजी में प्रत्यक्षतः अथवा अप्रत्यक्षतः भाग लेता है; अथवा
- § ख) वही व्यक्ति, एक संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम के और दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम के प्रबंध, नियंत्रण अथवा पूंजी में प्रत्यक्षतः अथवा अप्रत्यक्षतः भाग लेते हैं;
- और दोनों में से किसी भी मामले में, दोनों उद्यमों के बीच उनके खनिधिक अथवा वित्तीय संबंधों में ऐसी शर्तें रखी अथवा लगाई जाती हैं, जो उन शर्तों से भिन्न हों जो स्वतंत्र उद्यमों के बीच रखी जाती हैं, वहां ऐसा कोई भी लाभ जो उन शर्तों के न होने की स्थिति में उन उद्यमों में से किसी एक उद्यम को प्राप्त

होता किन्तु उन शर्तों के कारण उस प्रकार प्रदान नहीं हुआ, तो वे लाभ उस उद्यम के लाभों में शामिल किए जा सकेंगे और उन पर तदनुसार कर लगाया जा सकेगा ।

2. जहां एक संविदाकारी राज्य उस राज्य के किसी उद्यम के लाभों में उन लाभों को सम्मिलित करता है और तदनुसार कर लगाता है, तब पर दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम पर उस दूसरे राज्य में कर लगाया गया है और इस प्रकार सम्मिलित किए गए लाभ ऐसे लाभ हैं जो प्रयोजित/निश्चित राज्य के उद्यम को उस स्थिति में प्राप्त हुए होते यदि दोनों उद्यमों के बीच लगाई गई शर्तें उस तरह की होतीं जो स्वतंत्र उद्यमों के बीच लगाई गई होतीं, तब दूसरा राज्य उन लाभों पर वहां प्रसारित कर की राशि के बराबर समुचित समायोजन करेगा । इस प्रकार के समायोजन को निश्चित करने में, इस अभिसमय के अन्य उपबंधों को यथोचित रूप से ध्यान में रचना होगा और यदि आवश्यक हो तो संविदाकारी राज्यों के सहाय प्रधिकारों पर-दूसरे के साथ परामर्श करेंगे ।

अनुच्छेद - 10

लभांश

1. एक संविदाकारी राज्य की निवासी किसी कम्पनी द्वारा दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी निवासी को अदा किए गए लभांश उस दूसरे राज्य में कथयते होंगे ।

2. तथापि, ऐसे लभांशों पर उस संविदाकारी राज्य में भी और उस राज्य के कानूनों के अनुसार कर लगाया जा सकेगा जिसकी लभांश अदा करने वाली कम्पनी एक निवासी है, परन्तु :

क) जहां लभांश पूर्णगल की निवासी किसी कम्पनी द्वारा किसी ऐसे भारतीय निवासी को अदा किया जाता है जो उसका हितभागी स्वामी हो वहां इस तरह से लगाया गया पूर्णगली कर निम्नलिखित से अधिक नहीं होगा :

ii) लभांशों की सकल राशि का 15 प्रतिशत ; अथवा

iii) लभांशों की सकल राशि का 10 प्रतिशत यदि लभांश स्वामी कोई ऐसी कम्पनी हो जो लभांशों की अदायगी से पूर्व लगातार दो वर्षों तक लभांश अदा करने वाली कम्पनी के कम से कम 25 प्रतिशत पूंजी स्टॉक के धारक/सोशल/ की प्रत्यक्षतः मालिक रहती हो।

क) जहां लभांश भारत की निवासी किसी कम्पनी द्वारा किसी ऐसे पूर्णगली निवासी को अदा किया जाता है जो उसका हितभागी स्वामी हो वहां इस तरह से लगाया गया भारतीय कर निम्नलिखित से अधिक नहीं होगा :

ii) लभांशों की सकल राशि का 15 प्रतिशत ; अथवा

iii) लभांशों की सकल राशि का 10 प्रतिशत यदि लभांश स्वामी कोई ऐसी कम्पनी हो जो लभांशों की अदायगी से पूर्व लगातार दो वित्तीय वर्षों तक लभांश अदा करने वाली कम्पनी के कम से कम 25 प्रतिशत पूंजी स्टॉक की प्रत्यक्षतः मालिक रहती हो।

इस पैराग्राफ का उन लाभों के संबंध में कम्पनी के कथान पर कोई प्रभाव नहीं पड़ेगा जिनमें से लभांशों का भुगतान किया जाता है ।

3. इस अनुच्छेद में यथा प्रयुक्त "लभांश" पद का अभिप्राय देयकों, "जुस्तानस" देयकों अथवा "जुस्तानस" अधिकारों, सनन देयकों, संस्थाक देयकों अथवा अन्य अधिकारों से प्राप्त आय, जो स्वयं के दावे न हों, लाभों में हिस्सेदारों से प्राप्त आय तथा ऐसी आय है जिस पर कथान की वही अभिक्रिया लागू होती है जो उस राज्य के कानूनों द्वारा देयकों से प्राप्त आय पर लागू होती है जिसकी विषय करने वाली कम्पनी एक निवासी है । इस पद में लाभों में हिस्सेदारों/फ्लोसियाकओ फन पाटिसिफकाओ/ के लिए किसी व्यवस्था के अंतर्गत उद्भूत लाभ भी शामिल है ।

4. पैराग्राफ 1 और 2 के उपबंध उस स्थिति में लागू नहीं होंगे, यदि लभांशों का हितभागी स्वामी एक संविदाकारी राज्य का निवासी होने के नाते उस दूसरे संविदाकारी राज्य में, वहां स्थित किसी स्थायी संस्थापन के माध्यम से व्यापार करता है, जिसकी लभांश अदा करने वाली कम्पनी एक निवासी है, अथवा उस दूसरे राज्य में वहां स्थित किसी नियत स्थान से स्वतंत्र वैयक्तिक सेवाएं सम्पन्न करता है और जिस धारणाधिकार के बारे में लभांशों की अदायगी की जाती है, वह इस प्रकार के स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान से प्रामांश रूप से संबंधित है । ऐसे मामले में, अनुच्छेद 7 या अनुच्छेद 14, जैसी भी स्थिति हो, के उपबंध लागू होंगे ।

5. जहां कोई कम्पनी, जो एक संविदाकारी राज्य की निवासी है, दूसरे संविदाकारी राज्य से लाभ अथवा आय प्राप्त करती है, ऐसी स्थिति में वह दूसरा राज्य कम्पनी द्वारा अदा किए गए लभांशों पर वहां तक किसी प्रकार का कर नहीं लगाएगा जहां तक कि ऐसे लभांश दूसरे राज्य के किसी निवासी को अदा किए जाते हैं अथवा जहां तक जिस धारणाधिकार के बारे में लभांशों की अदायगी की जाती है, वह उस दूसरे राज्य में स्थित किसी स्थायी संस्थापन या किसी नियत स्थान से प्रामांश रूप से संबंधित है और न ही उक्त कम्पनी के अतिरिक्त लाभों पर अतिरिक्त लाभ संबंधी कर लगाएगा, चाहे अदा किए गए लभांश अथवा किरातित लाभ पूर्व रूप से या आंशिक रूप से उस दूसरे राज्य में उद्भूत होने वाले लाभ अथवा आय के रूप में हों ।

अनुच्छेद - 11

न्याय

1. एक संविदाकारी राज्य में उत्पन्न होने वाले और दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी निवासी को अदा किए जाने वाले न्याय पर उस दूसरे राज्य में कर लगाया जाएगा ।

2. तथापि, इस प्रकार के न्याय पर उस संविदाकारी राज्य में भी और उस राज्य के कानून के अनुसार, जिस राज्य में वह उद्भूत होता है, कर लगाया जाएगा, परन्तु यदि न्याय का हितभागी स्वामी दूसरे

संविदाकारी राज्य का निवासी है तो इस तरह से लगाया गया कर न्याय की सकल राशि के उस प्रतिशत से अधिक नहीं होगा । संविदाकारी राज्यों के सहाय प्रधिकारों परस्पर सहमति द्वारा इस सीमा-बद्धता को लागू करने की विधि तय करेंगे ।

3. पैराग्राफ 2 के उपबंधों के छोटे हुए भी एक संविदाकारी राज्य में उद्भूत होने वाले न्याय पर उस राज्य में कर से छूट प्राप्त होगी :

क) यदि ऐसे न्याय का कर्तदार वह राज्य, उसका राजनीतिक अथवा प्रशासनिक उप-भाग अथवा कोई स्थानीय प्रधिकरण हो ; अथवा

ख) यदि न्याय दूसरे संविदाकारी राज्य, उसके किसी राजनीतिक अथवा प्रशासनिक उप-भाग अथवा किसी स्थानीय प्रधिकरण अथवा किसी संस्था/किसी संस्था/हित/ की, संविदाकारी राज्यों की सरकारों के बीच किसी कारण के अंतर्गत उनके द्वारा दिए गए किरात-पेचन के संबंध में दिया जाता है ।

4. इस अनुच्छेद में यथा-प्रयुक्त "न्याय" पद से अभिप्रेत है - प्रत्येक प्रकार के स्वयं संबंधी दावों से प्राप्त आय, चाहे वे बंधक द्वारा प्रतिभूत हो अथवा नहीं हो और चाहे उन्हें कर्तदार के लाभों में भागीदारी का कोई अधिकार प्राप्त हो अथवा नहीं और विशेष रूप से सरकारी प्रतिभूतियों से प्राप्त आय और कंपनियों अथवा स्वयं-पत्नी से प्राप्त आय जिसमें ऐसी प्रतिभूतियों, बंध-पत्नी अथवा स्वयं पत्नी से संबंधित प्रीमियम और पुरस्कार सम्मिलित हैं । देर से की जाने वाली अदायगी के लिए अर्ध-वृद्ध संबंधी प्रभारों को इस अनुच्छेद के प्रयोजनार्थ न्याय नहीं समझा जाएगा ।

5. पैराग्राफ 1 और 2 के उपबंध उस स्थिति में लागू नहीं होंगे, यदि न्याय का हितभागी स्वामी जो एक संविदाकारी राज्य का निवासी होने के कारण दूसरे संविदाकारी राज्य में वहां स्थित किसी स्थायी संस्थापन के माध्यम से कारोबार करता हो, जिसमें न्याय उद्भूत हुआ हो अथवा उस दूसरे राज्य में स्थित किसी निश्चित स्थान से स्वतंत्र वैयक्तिक सेवाएं निम्नलिखित करता हो और जिस स्वयं-दाय के बारे में न्याय अदा किया गया हो वह इस प्रकार के स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान से प्रामांश रूप से सम्बद्ध हो । ऐसे मामले में अनुच्छेद 7 अथवा अनुच्छेद 14 के उपबंध, जैसी भी स्थिति हो, लागू होंगे ।

6. न्याय किसी संविदाकारी राज्य में उद्भूत हुआ तभी माना जाएगा जब न्याय अदा करने वाला स्वयं वह राज्य, उस राज्य का कोई राजनीतिक उप-भाग, कोई स्थानीय प्रधिकरण अथवा उसका कोई निवासी हो। तथापि, जहां न्याय अदा करने वाले व्यक्ति का चाहे वह किसी संविदाकारी राज्य का निवासी हो अथवा नहीं, किसी संविदाकारी राज्य में एक स्थायी संस्थापन अथवा एक नियत स्थान है, जिसके संबंध में वह स्वयं किया गया था, जिस पर न्याय की अदायगी की जाती है और ऐसा न्याय इस प्रकार के स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान द्वारा वहन किया जाता है, तो इस प्रकार का न्याय उस संविदाकारी राज्य में ही उद्भूत हुआ माना जाएगा जिसमें वह स्थायी संस्थापन अथवा नियत स्थान स्थित है ।

7. जहां न्याय अदाकर्ता तथा हितभागी स्वामी के बीच अथवा उन दोनों और किसी अन्य व्यक्ति के बीच एक विशेष प्रकार का संबंध होने के कारण अदा की गई न्याय की रकम, उस स्वयं दावे को ध्यान में रखते हुए, जिसके लिए न्याय अदा किया गया है, उस रकम से बढ़ जाती है जिसके लिए इस प्रकार का संबंध नहीं होने की स्थिति में अदाकर्ता और हितभागी स्वामी के बीच सहमति हो गई होती, वहां इस अनुच्छेद के उपबंधों केवल अंतिम वर्षों तक पर ही लागू होंगे । ऐसे मामले में अदायगी के अतिरिक्त भाग पर अभिसमय के अन्य उपबंधों का सम्यक अनुपालन करते हुए प्रत्येक संविदाकारी राज्य के कानूनों के अनुसार कर लगाया जाएगा ।

अनुच्छेद - 12

चयदित्यां और सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस

1. किसी संविदाकारी राज्य में उद्भूत होने वाली और दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी निवासी को अदा की गई चयदित्यां और सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस पर उस दूसरे राज्य में कर लगाया जा सकेगा ।

2. तथापि, इस प्रकार की चयदित्यां और सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस पर उस संविदाकारी राज्य में भी, जिसमें वे उद्भूत हुई हों और उस राज्य के कानूनों के अनुसार कर लगाया जा सकेगा किन्तु यदि चयदित्यां और सम्मिलित सेवाओं का हितभागी स्वामी उस दूसरे राज्य का कोई निवासी हो तो इस प्रकार से लगाया गया कर सकल राशि के दस प्रतिशत से अधिक नहीं होगा ।

3. इस अनुच्छेद में यथा-प्रयुक्त "चयदित्यां" पद से रेडियो अथवा दूरदर्शन प्रसारण के संबंध में सिनेमा फिल्मों और फिल्मों अथवा टेपों या पुननिर्माण के अन्य माध्यमों, किसी पेटेंट, ट्रेड मार्क, डिजाइन अथवा मोडल, प्लान, गुप्त फार्मूला अथवा प्रक्रिया सहित किसी साहित्यिक, कलात्मक अथवा वैज्ञानिक कृतियों के कथिपराट के प्रयोग हेतु या प्रयोगाधिकार हेतु अथवा औद्योगिक खनिधिक या वैज्ञानिक उपकरण अथवा औद्योगिक, खनिधिक या वैज्ञानिक अनुभव के संबंध में किसी सूचना के प्रयोग हेतु अथवा प्रयोगाधिकार हेतु प्रतिफल के रूप में प्राप्त की गई किसी भी प्रकार की अदायगियां अभिप्रेत हैं ।

4. इस अनुच्छेद में प्रयोजनार्थ "सम्मिलित सेवाओं" के लिए फीस, इस अभिसमय के अनुच्छेद 14 और 15 में उल्लिखित अदायगियों को छोड़कर, की गई तकनीकी अथवा परामर्श/तकनीकी अथवा अन्य फार्मों की सेवाओं के उपबंधों के द्वारा सहित/सेवाओं के प्रतिफल के रूप में किसी व्यक्ति को किसी भी प्रकार की गई अदायगियां अभिप्रेत हैं यदि ऐसी सेवाएं :

क) ऐसे अधिकार, सम्पत्ति या सूचना के प्रयोग अथवा उपयोग के लिए अनुबंधी और सहायक हैं जिनके लिए पैराग्राफ 3 में वर्णित भुगतान प्राप्त किया गया है ; अथवा

§ ४। तकनीकी ज्ञान, अनुभव, वसता, जानकारी अथवा प्रक्रियाओं को उपलब्ध करना अथवा जिसमें फेली तकनीकी योजना या तकनीकी डिजाइन का विकास और अन्तर्लप सम्मिलित हो जिससे कि सेवाएं अर्जित करने वाला व्यक्ति उनमें निहित प्रौद्योगिकी का प्रयोग कर सके ।

5. पैराग्राफ 4 के दोहरे हुए भी "सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस" में निम्नलिखित भुगतान शामिल होंगे :

§ क। फेली सेवाओं के लिए जो संपत्ति की बिक्री के लिए अनुबंधी, सहायक और अफिमोचनीय ढंग से और अनिवार्यतः एक दूसरे से संबद्ध हैं ;

§ ख। फेली सेवाओं के लिए जो अंतरराष्ट्रीय यातायात में जलयानों अथवा वायुयानों के प्रचालन के संबंध में प्रयुक्त जलयानों, वायुयानों आधानों अथवा अन्य उपकरणों के किराए के अनुबंधी और सहायक हैं ;

§ ग। शैक्षिक संस्थाओं में अथवा उनके द्वारा शिक्षण कार्य के लिए ;

§ घ। भुगतान करने वाले व्यक्ति अथवा व्यक्तियों के वैयक्तिक प्रयोग हेतु सेवाओं के लिए ;

§ ङ. भुगतान करने वाले व्यक्ति के किसी कर्मचारी के लिए अथवा व्यावसायिक सेवाओं हेतु किसी व्यक्ति अथवा व्यक्तियों की फर्म (किसी कम्पनी को छोड़कर) के लिए जैसा कि अनुच्छेद 14 में परिभाषित किया गया है ;

§ च। अनुच्छेद 5 के पैराग्राफ 2 § च। में उल्लिखित प्राकृतिक संसाधनों की खोज और उपयोग के लिए प्रयुक्त किसी प्रस्थापन अथवा संरचना के संबंध में की गई सेवाओं के लिए ;

§ छ। अनुच्छेद 5 के पैराग्राफ 3 में उल्लिखित सेवाओं के लिए ।

6. पैराग्राफ 1 और 2 के उपखंड उस स्थिति में लागू नहीं होंगे यदि रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस का हितमागी स्वामी, जो एक राज्य का निवासी होने के नाते दूसरे सौदाकारी राज्य में, जिसमें रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस उद्भूत होती है, वहां पर स्थित किसी स्थायी संस्थापन के माध्यम से कारोबार करता है अथवा उस दूसरे राज्य में वहां पर स्थित किसी निश्चित स्थान से स्वतंत्र वैयक्तिक सेवाएं करता है तथा जिस अधिकार अथवा संपत्ति के संबंध में रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस अदा की जाती है, वह फेसे स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान के साथ प्रभावी रूप से संबंधित है । फेसे मामले में यथास्थिति अनुच्छेद 7 अथवा 14 के उपखंड लागू होंगे ।

7. एक सौदाकारी राज्य में रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस तब उद्भूत हुई मानी जाएगी जब अदाकर्ता स्वयं वह राज्य, उसका कोई राजनैतिक उप-भाग, उसका कोई स्थानीय अधिकरण या उस राज्य का कोई निवासी हो । तथापि, जहां रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस अदा करने वाले व्यक्ति का, चाहे वह किसी सौदाकारी राज्य का निवासी हो अथवा नहीं, एक सौदाकारी राज्य में फेसा कोई स्थायी संस्थापन अथवा कोई निश्चित स्थान हो जिसके संबंध में रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस अदा करने की जिम्मेदारी निर्माई गई हो और फेली रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस उस स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान द्वारा वहन की जाती हो, तब फेली रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस उस राज्य में उद्भूत हुई मानी जाएगी जिसमें वह स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान स्थित है ।

8. जहां अदाकर्ता और हितमागी स्वामी के बीच अथवा उन दोनों और किसी अन्य व्यक्ति के बीच किसी विशेष प्रकार का संबंध होने के कारण और जिस उपयोग, अधिकार अथवा सूचना के लिए रायद्वयों अथवा सम्मिलित सेवाओं के लिए फीस अदा की जाती है उसके ध्यान में रखते हुए यदि अदा की गई रकम उस रकम से बढ़ जाती है अतनी रकम के बारे में इस प्रकार का संबंध नहीं होने की स्थिति में अदाकर्ता तथा हितमागी स्वामी के बीच सहमति हुई होती वहां उस अनुच्छेद के उपखंड में केवल अंतिम वर्णित खण्ड पर लागू होंगे । फेसे मामले में, अदा की गई रकम के अतिरिक्त भाग पर फस अभिसमय के अन्य उपखंडों को ध्यान में रखते हुए प्रत्येक सौदाकारी राज्य के कानूनों के अनुसार कर लगाया जाएगा ।

अनुच्छेद - 13

पूंजीगत अभिलाम

1. अनुच्छेद 6 में उल्लिखित और दूसरे सौदाकारी राज्य में स्थित अचल संपत्ति के अंतरलप से एक सौदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा प्राप्त अभिलामों पर उस दूसरे राज्य में कर लगाया जा सकेगा ।

2. फेली चल संपत्ति के अंतरलप से होने वाले अभिलामों पर जो एक सौदाकारी राज्य के किसी उद्यम की दूसरे सौदाकारी राज्य में स्थित किसी स्थायी संस्थापन की कारबार संपत्ति का एक हिस्सा है अथवा किसी निश्चित स्थान से संबंधित किसी फेली चल संपत्ति के अंतरलप से होने वाले अभिलामों पर जो संपत्ति एक सौदाकारी राज्य के किसी निवासी को दूसरे सौदाकारी राज्य में स्वतंत्र वैयक्तिक सेवाओं के प्रयोजनार्थ उपलब्ध है, जिसमें किसी फेसे स्थायी संस्थापन (अकेले अथवा पूर्ण उद्यम के साथ) अथवा फेसे निश्चित स्थान के अंतरलप से होने वाले अभिलाम भी शामिल हैं, उस दूसरे राज्य में कर लग सकेगा ।

3. एक सौदाकारी राज्य के निवासी किसी उद्यम को अंतरराष्ट्रीय यातायात में चलाए जाने वाले जलयानों अथवा वायुयानों अथवा इस प्रकार के जलयानों अथवा वायुयानों के संचालन से संबंधित चल संपत्ति के अंतरलप से प्राप्त अभिलामों पर केवल उस राज्य में ही कर लगाया जा सकेगा ।

4. किसी फेली कम्पनी के पूंजीगत स्टॉक के शेयरों के अंतरलप से प्राप्त होने वाले अभिलामों पर, जिसकी संपत्ति किसी सौदाकारी राज्य में प्रधानतया प्रयुक्ततः या आश्रयिततः अचल संपत्ति के रूप में हो, दूसरे राज्य में कर लगाया जा सकेगा । किसी सौदाकारी राज्य की निवासी किसी कम्पनी के ऊपर उल्लिखित शेयरों से भिन्न शेयरों के अंतरलप से प्राप्त अभिलामों पर उस राज्य में कर लगाया जा सकता है ।

5. पैराग्राफ 1, 2, 3 और 4 में उल्लिखित संपत्ति से भिन्न किसी संपत्ति के अंतरलप से प्राप्त अभिलाम उस सौदाकारी राज्य में ही कर्तव्य होंगे जिसका अंतरलपकर्ता निवासी हो ।

अनुच्छेद - 14

स्वतंत्र वैयक्तिक सेवाएं

1. एक सौदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा व्यावसायिक सेवाओं अथवा स्वतंत्र स्वयं चले इसी प्रकार के अन्य कार्यकलापों से प्राप्त आय निम्नलिखित परिस्थितियों को छोड़कर, जिनमें फेली आय पर दूसरे सौदाकारी राज्य में भी कर लगाया जा सकेगा, केवल उस राज्य में ही कर्तव्य होगी :

§ क। यदि उसके अपने कार्यकलापों के निष्पन्न के प्रयोजनार्थ दूसरे सौदाकारी राज्य में एक निश्चित स्थान नियमित रूप से उपलब्ध है तो उस मामले में उस दूसरे राज्य में केवल उतनी आय पर ही कर लगाया जा सकेगा जो उस निश्चित स्थान के काल उद्भूत हुई मानी जा सकती है; अथवा

§ ख। यदि दूसरे राज्य में उसके ठहरने की अवधि या अवधियां संबंधित कितनी वर्ष में प्रारंभ होने वाली अथवा समाप्त होने वाली किसी बारह महीने की अवधि में कुल मिलाकर 183 दिन अथवा उससे अधिक हो तो उस मामले में उस दूसरे राज्य में केवल उतनी आय पर ही कर लगाया जा सकेगा जो दूसरे राज्य में उसके कार्यकलापों से प्राप्त होती है ।

2. "व्यावसायिक सेवाएं" में विशेषतया स्वतंत्र वैज्ञानिक, सांख्यिक, कलात्मक, शैक्षिक या शिक्षण संबंधी कार्यकलाप तथा काय-चिकित्सकों, कवियों, इंजीनियरों, वास्तुविदों, दन्त-चिकित्सकों और तैराकारों के स्वतंत्र कार्यकलाप सम्मिलित हैं ।

अनुच्छेद - 15

परवर्तित वैयक्तिक सेवाएं

1. अनुच्छेद 16, 18 और 19 के उपखंडों के अधीन रहते हुए किसी सौदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा किसी नियोजन के संबंध में प्राप्त वेतनों, मजदूरियों और इसी प्रकार के अन्य पारिश्रमिक पर केवल उसी राज्य में कर लगाया जा सकेगा जब तक कि नियोजन का प्रयोग दूसरे सौदाकारी राज्य में न किया गया हो । यदि फेसे नियोजन का प्रयोग किया जाता है तो फेसा पारिश्रमिक जो वहां से प्राप्त होगा उस पर दूसरे राज्य में कर लगाया जा सकता है ।

2. पैराग्राफ 1 के उपखंडों के दोहरे हुए भी, एक सौदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा दूसरे सौदाकारी राज्य में प्रयोग किए गए किसी नियोजन के संबंध में प्राप्त पारिश्रमिक पर केवल प्रयोजित राज्य में ही कर लगाया जा सकेगा, यदि :

§ क। प्रवर्तित संबंधित कितनी वर्ष में आरंभ होने वाली अथवा समाप्त होने वाली किसी बारह महीने की अवधि में कुल मिलाकर अधिक से अधिक 183 दिन की अवधि या अवधियों के लिए दूसरे राज्य में उपस्थित रहता है ; तथा

§ ख। पारिश्रमिक फेसे किसी नियोजक द्वारा अथवा उसके ओर से अदा किया गया है, जो दूसरे राज्य का निवासी नहीं है ; और

§ ग। पारिश्रमिक किसी फेसे स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान द्वारा वहन नहीं किया जाता है, जो नियोजक का दूसरे राज्य में हो ।

3. इस अनुच्छेद के पूर्ववर्ती उपखंडों के दोहरे हुए भी अंतरराष्ट्रीय यातायात में संचालित जलयान अथवा वायुयान पर किए गए नियोजन के संबंध में प्राप्त पारिश्रमिक पर उस सौदाकारी राज्य में ही कर लगाया जा सकेगा जिसमें जलयान अथवा वायुयान संचालन करने वाला उद्यम निवासी है ।

अनुच्छेद - 16

निदेशकों की फीस

निदेशकों की फीस तथा इसी तरह की अदायगियों जो किसी सौदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा किसी कम्पनी, जो अन्य सौदाकारी राज्य की निवासी है, के निदेशक मंडल अथवा पर्यवेक्षकीय बोर्ड (पूंजीगत में कंसल्टिंग फिस्कल) अथवा अन्य इसी तरह के किसी घटक के सदस्य की नैसिगत से प्राप्त की गई हो, उन पर उस दूसरे राज्य में कर लगेगा ।

अनुच्छेद - 17
मनोरंजनकर्ता और सिलादी

1. अनुच्छेद 14 और 15 के उपबंधों के होते हुए भी एक संविदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा मनोरंजनकर्ता जैसे कोई थियेटर, चलचित्र, रेडियो या दूरदर्शन कलाकार या किसी संगीतकार अथवा किसी सिलादी के रूप में दूसरे संविदाकारी राज्य में किए गए इस प्रकार के उसके वैयक्तिक कार्यकारणों से प्राप्त आय पर उस दूसरे राज्य में कर लगाया जा सकेगा ।
2. जहां तक किसी मनोरंजनकर्ता अथवा किसी सिलादी द्वारा अपनी इस प्रकार की रैसियत में किए गए निजी कार्यकारणों के संबंध में प्राप्त आय स्वयं मनोरंजनकर्ता या सिलादी को प्राप्त नहीं हो किन्तु किसी अन्य व्यक्ति को प्राप्त हो, वहां उस आय पर अनुच्छेद 7, 14 और 15 के उपबंधों के होते हुए भी उस संविदाकारी राज्य में कर लगाया जा सकेगा, जिसमें मनोरंजनकर्ता अथवा सिलादी के कार्यकारण किए जाते हैं ।
3. तथापि ऐसी आय पर पैराग्राफ 1 में उल्लिखित राज्य में कर नहीं लगाया जाएगा जब ऐसे कार्यकारण दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा उस राज्य की यात्रा के दौरान निष्पादित किए जाते हैं और जब ऐसी यात्रा दूसरे राज्य, उसके राजनैतिक उप-भाग अथवा स्थानीय प्रधिकरण द्वारा प्रेषित अथवा प्रेषित रूप से वित्त-वैधित की जाती है ।

अनुच्छेद - 18
पेंशन

अनुच्छेद 19 के पैराग्राफ 2 के उपबंधों के अधीन रहते हुए अतीत में नियोजन के प्रतिफल में किसी संविदाकारी राज्य के किसी निवासी को दी गई पेंशन या अन्य इसी तरह के परिश्रमिक पर केवल उस राज्य में ही कर लगाया जा सकेगा ।

अनुच्छेद - 19
सर्वस्व सेवा

1. क) किसी संविदाकारी राज्य अथवा उसके किसी राजनैतिक उप-भाग अथवा किसी स्थानीय प्रधिकरण द्वारा किसी व्यष्टि को उस राज्य अथवा उसके उप-भाग अथवा प्रधिकरण के लिए की गई उसकी सेवाओं के संबंध में अदा की गई पेंशन से भिन्न वेतनों, मजदूरियों और इसी तरह के अन्य परिश्रमिक पर केवल उसी राज्य में ही कर लग सकेगा ।
- ख) तथापि, ऐसे वेतनों, मजदूरियों और इसी प्रकार के अन्य परिश्रमिक पर केवल दूसरे संविदाकारी राज्य में तभी कर लग सकेगा यदि सेवाएं उस राज्य में की जाती हैं और वह व्यष्टि उस राज्य का एक निवासी हो, जो -
 - क) उस राज्य का एक राष्ट्रिक हो; अथवा
 - ख) सेवाएं प्रस्तुत करने के प्रयोजन मात्र से उस राज्य का निवासी नहीं बना हो ।
2. क) किसी संविदाकारी राज्य अथवा उसके किसी राजनैतिक उप-भाग अथवा किसी स्थानीय प्रधिकरण द्वारा सुभित निधियों द्वारा या उसमें से उस राज्य या उसके उप-भाग अथवा स्थानीय प्रधिकरण के लिए की गई सेवाओं के संबंध में किसी व्यष्टि को अदा की गई पेंशन पर केवल उस राज्य में ही कर लगाया ;
- ख) तथापि, ऐसी पेंशन पर दूसरे संविदाकारी राज्य में कर तभी लगेगा यदि व्यष्टि उस राज्य का एक निवासी तथा राष्ट्रिक हो ।
3. अनुच्छेद 15, 16, 17 और 18 के उपबंध किसी संविदाकारी राज्य अथवा उसके राजनैतिक अथवा प्रशासनिक उप-भाग अथवा स्थानीय प्रधिकरण द्वारा चलाए गए किसी कारबार के सितसिते में की गई सेवाओं से संबंधित वेतनों, मजदूरियों तथा इसी प्रकार के अन्य परिश्रमिक और पेंशनों पर लागू होंगे ।

अनुच्छेद - 20
प्रेफेसर, अध्यापक और शोध-अध्येता

1. कोई प्रेफेसर अथवा अध्यापक जो दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी विश्वविद्यालय, महाविद्यालय, विद्यालय अथवा किसी अन्य अनुमोदित संस्था में शिक्षण अथवा शोध-कार्य अथवा दोनों कार्य के प्रयोजनार्थ दूसरे संविदाकारी राज्य का दौरा करने के तत्काल पूर्व उक्त संविदाकारी राज्य का निवासी है अथवा या उसके उस दूसरे राज्य में पहुंचने की तारीख से दो वर्षों से अनधिक अवधि के लिए ऐसे अध्यापन अथवा शोध-कार्य के लिए उसको प्राप्त किसी परिश्रमिक पर उक्त दूसरे संविदाकारी राज्य में कर से छूट प्राप्त होगी ।
2. यह अनुच्छेद ऐसे शोध-कार्य से प्राप्त आय पर लागू होगा यदि ऐसा शोध-कार्य मूलतः किसी व्यष्टि विशेष अथवा व्यक्तियों के निजी लाभ के लिए किया गया हो ।
3. इस अनुच्छेद तथा अनुच्छेद 21 के प्रयोजनार्थ किसी व्यष्टि को एक संविदाकारी राज्य का निवासी समझा जाएगा यदि वह उक्त विधायी वर्ष में उस राज्य का निवासी है जिसमें वह दूसरे संविदाकारी राज्य का दौरा करता है अथवा विधायी वर्ष से तत्काल पूर्व दौरा करता है ।

4. पैराग्राफ 1 के प्रयोजनार्थ "अनुमोदित संस्था" से अभिप्राय ऐसी संस्था से है जिसे संबंधित राज्य के सक्षम प्रधिकारी द्वारा इस संबंध में अनुमोदित किया गया हो ।

अनुच्छेद - 21
विद्यार्थी और प्रशिक्षु

किसी ऐसे विद्यार्थी अथवा व्यावसायिक प्रशिक्षु अथवा प्रशिक्षार्थी को, जो दूसरे संविदाकारी राज्य का दौरा करने के तुरंत पहले किसी एक संविदाकारी राज्य का निवासी है अथवा था और जो मात्र अपनी शिक्षा अथवा प्रशिक्षण के प्रयोजनार्थ उस दूसरे राज्य में उपस्थित है, उसके भरण-पोषण, शिक्षा अथवा प्रशिक्षण के लिए प्राप्त अदायगियों पर उस राज्य में कर नहीं लगाया जाएगा बल्कि ऐसी अदायगियों :

- क) उस राज्य के बाहर के स्रोतों से प्राप्त होती हैं ;
- ख) उसके उस दूसरे संविदाकारी राज्य में प्रथम आगमन के दिन से दो वर्षों की अनधिक अवधि के दौरान उसे 3000 अमरीकी डालर प्रति वर्ष की अनधिक रकम के बराबर की राशि दूसरे राज्य में नियोजन से प्राप्त पार्श्रमिक है ।

अनुच्छेद - 22
अन्य आय

1. एक संविदाकारी राज्य के किसी निवासी की आय की ऐसी मदें, जहां कहीं भी वे उद्भूत होती हैं और जिन पर इस अभिसमय के पूर्वकत अनुच्छेदों में विचार नहीं किया गया है, केवल उस संविदाकारी राज्य में ही कथेय होंगी ।
2. पैराग्राफ 1 के उपबंध अनुच्छेद 6 के पैराग्राफ 2 में यथा-परिभाषित अवल संश्लिप्त से प्राप्त आय से भिन्न आय पर लागू नहीं होंगे, यदि ऐसी आय का प्राप्तकर्ता एक संविदाकारी राज्य का निवासी होने के नते दूसरे संविदाकारी राज्य में वहां स्थित किसी स्थायी संस्थापन के माध्यम से कारोबार करता है अथवा उस दूसरे राज्य में वहां स्थित किसी निश्चित स्थान से स्वतंत्र वैयक्तिक सेवाएं निष्पादित करता है तथा ऐसा अधिकार अथवा संश्लिप्त जिसके संबंध में ऐसी आय अदा की जाती है वह ऐसे स्थायी संस्थापन अथवा निश्चित स्थान से प्राप्त रूप से संबद्ध है । ऐसे मामले में अनुच्छेद 7 अथवा अनुच्छेद 14 के उपबंध, जैसी भी स्थिति हो, लागू होंगे ।
3. पैराग्राफ 1 के उपबंधों के होते हुए भी यदि किसी संविदाकारी राज्य के किसी निवासी को दूसरे संविदाकारी राज्य के भीतर स्रोतों से पुद्दौहों, काईनेमों और अन्य गेमों या किसी भी प्रकार या क्रिस के किसी भी प्रकार की जुष्वाणी या शर्तबन्धी सश्लिप्त लाट्टीयों, वर्ग-पहेलियों तथा दौड़ों इत्तों के रूप में आय प्राप्त होती है तो ऐसी आय पर उस दूसरे संविदाकारी राज्य में कर लगाया जा सकता है ।

अध्याय II
दोहरे करधान के अपकल की पधति

अनुच्छेद - 23
दोहरे करधान का अपकल

1. दोनों संविदाकारी राज्यों में से किसी भी राज्य में प्रकृत कानून संबंधित राज्यों में आय के करधान मामलों को अधिशासित करते रहेंगे, सिवाय उन मामलों के जहां इस अभिसमय में उनके विषयगत प्रकथान किए जाएं ।
2. पूर्णगत के मामले में दोहरे करधान का अपकल निम्न प्रकार से किया जाएगा :
जहां पूर्णगत का कोई निवासी ऐसी आय प्राप्त करता है जिस पर इस अभिसमय के उपबंधों के अनुसार भारत में कर लगाया जा सकता है वहां पर पूर्णगत उस निवासी की उस आय पर भारत में अदा की गई आयकर की रकम के बराबर की रकम पर कर से कटौती की अनुमति देगा । तथापि ऐसी कटौती उस आयकर के हिस्से से अधिक नहीं होगी जो कटौती किए जाने के पूर्व संगभित की जाती है और जो उस आय से उद्भूत होती है जिस पर भारत में कर लगाया जा सकता है ।
3. भारत के मामले में दोहरे करधान का अपकल निम्न प्रकार से किया जाएगा :
जहां भारत का कोई निवासी ऐसी आय प्राप्त करता है जिस पर इस अभिसमय के उपबंधों के अनुसार पूर्णगत में कर लगाया जा सकता है वहां पर भारत उस निवासी की उस आय पर पूर्णगत में अदा की गई आयकर की रकम के बराबर की रकम पर कर की कटौती की अनुमति देगा चाहे यह प्रत्यक्षतः दो जाए अथवा छोट पर कटौती द्वारा । तथापि, ऐसी राशि उस आयकर के हिस्से से अधिक नहीं होगी जो कटौती किए जाने के पूर्व संगभित की जाती है और जो उस आय से उद्भूत होती है जिस पर पूर्णगत में कर लगाया जा सकता है ।
4. जहां इस अभिसमय के किसी भी उपबंध के अनुसार किसी संविदाकारी राज्य के किसी निवासी द्वारा प्राप्त की गई आय पर उस राज्य में कर से छूट प्राप्त है फिर भी ऐसा राज्य ऐसे निवासी की बाकी आय पर कर की रकम की गणना करते समय छूट प्राप्त आय को ध्यान में रहेगा ।
5. इस अनुच्छेद के पैराग्राफ 1 और 2 में उल्लिखित किसी संविदाकारी राज्य में अदा किए गए करों में अभिलम्भ, व्याज, रायटियाँ और सम्भिलित सेवाओं पर कर और कारोवारी लम्भ सम्भिलित हुए माने जायेंगे जो

वास्तविक निवेश अथवा आर्थिक विकास के प्रोत्साहन हेतु संविदाकारी राज्यों के कर कटौती अथवा छूट से संबंधित विधिक उपबंधों के न होने की स्थिति में देय होते जैसा कि इस अधिसूचना में निर्धारित किया गया है। इस पैराग्राफ के उपबंध प्रथम सात वर्षों के लिए लागू होंगे जिसके दौरान यह अधिसूचना लागू रहेगा। इस अधिसूचना के सक्षम प्राधिकारियों की परस्पर सहमति से बढ़ाया जा सकता है।

अध्याय IV विशेष उपबंध

अनुच्छेद - 24 सम-व्यवहार

1. एक संविदाकारी राज्य के राष्ट्रपति पर दूसरे संविदाकारी राज्य में ऐसे किसी कृतघन को अथवा तत्संबंधी अपेक्षाओं को लागू नहीं किया जाएगा जो उस दूसरे राज्य के राष्ट्रपति पर वैसी ही परिस्थितियों में विशेषकर निवास के संबंध में लगाए जाने वाले कृतघन एवं तत्संबंधी अपेक्षाओं से भिन्न एवं अपेक्षाकृत अधिक भारपूर्ण हो। यह उपबंध अनुच्छेद 1 के उपबंधों के होते हुए भी उन व्यक्तियों पर भी लागू होगा जो दोनों संविदाकारी राज्यों में से किसी एक अथवा दोनों के निवासी नहीं हैं।
2. एक संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम के दूसरे संविदाकारी राज्य में स्थित किसी स्थायी संस्थापन पर उस दूसरे राज्य में ऐसा कृतघन लागू नहीं किया जाएगा जो उस दूसरे राज्य के उद्यमों पर एक समान कार्यक्षमताओं को करने के लिए लागू होने वाले कृतघन से अपेक्षाकृत कम अनुकूल हो। इस उपबंध का यह अर्थ नहीं लगाया जाएगा कि इससे किसी संविदाकारी राज्य को इस बात के लिए बाध्य करना है कि वह दूसरे राज्य के निवासियों के कृतघन के प्रयोजनार्थ उनकी नागरिक हितसय अथवा परिष्कारित उत्तरदायित्वों के कारण कोई ऐसी वैधानिक छूट, राहत और कटौती प्रदान करे जो वह अपने स्वयं के नागरिकों को प्रदान करता है।
3. ऐसे मामलों को छोड़कर जहाँ अनुच्छेद 9 के पैराग्राफ 1, अनुच्छेद 11 के पैराग्राफ 6 अथवा अनुच्छेद 12 के पैराग्राफ 4 के उपबंध लागू होते हैं, वहाँ एक संविदाकारी राज्य के किसी उद्यम द्वारा दूसरे संविदाकारी राज्य के किसी निवासी को प्रदत्त न्याय, रयटिंटियां तथा तकनीकी फीस और अन्य अदा किए गए सौकरालय ऐसे उद्यम के कर योग्य लाभों का निर्धारण करने के प्रयोजनार्थ वैसी ही शर्तों के अधीन कटौती योग्य होंगे मानो कि उन्हें प्रयोजित राज्य के किसी निवासी को अदा किया गया था।
4. एक संविदाकारी राज्य के उद्यमों पर, जिनकी पूंजी पूर्णतः अथवा अंशतः दूसरे संविदाकारी राज्य के एक अथवा एक से अधिक निवासियों के प्रत्यक्ष अथवा अप्रत्यक्ष स्वामित्व में अथवा नियंत्रण में है, प्रयोजित राज्य में ऐसा कोई कृतघन अथवा तत्संबंधी कोई भी अपेक्षा लागू नहीं की जा सकती जो उस कृतघन से तथा तत्संबंधी किसी भी अपेक्षाओं से भिन्न अथवा अपेक्षाकृत अधिक भारपूर्ण है, जो उस प्रयोजित राज्य के अन्य समरूप उद्यमों पर लगाई जाती है अथवा लगाई जा सकती है।
5. अनुच्छेद 2 के उपबंधों के होते हुए भी इस अनुच्छेद के उपबंध हर प्रकार के करों पर लागू होंगे।

अनुच्छेद - 25 पारस्परिक करार प्रक्रिया

1. जहाँ कोई व्यक्ति यह समझता है कि एक अथवा दोनों संविदाकारी राज्यों की कार्यवाहियों के कारण उस पर इस प्रकार का कर लगाया जाता है अथवा लगाया जाएगा जो कि इस अधिसूचना के उपबंधों के अनुकूल नहीं है तो वह उन राज्यों के स्वदेशी कानूनों में उपचारों की व्यवस्था होने के बावजूद भी उस संविदाकारी राज्य के सक्षम प्राधिकारियों को अपना मामला प्रस्तुत कर सकता है जिसका कि यह एक निवासी है अथवा यदि उसका मामला अनुच्छेद 24 के पैराग्राफ 1 के अंतर्गत आता है तो वह उस संविदाकारी राज्य को अपना मामला प्रस्तुत कर सकता है जिसका कि वह एक राष्ट्रपति है। यह मामला उस कार्यवाही की प्रथम अधिसूचना के तीन वर्षों के भीतर अवश्य प्रस्तुत कर दिया जाना चाहिए जिसके पालामस्वरूप ऐसा कृतघन किया गया है जो इस अधिसूचना के उपबंधों के अनुरूप नहीं है।
2. यदि सक्षम प्राधिकारियों को आशंका उचित तर्कों और यदि वह स्वयं किसी संतोषजनक ढंग पर पहुंचने में असमर्थ हो, तो वह ऐसे कृतघन के निवारण की दृष्टि से, जो इस अधिसूचना के अनुरूप नहीं है, दूसरे संविदाकारी राज्य के सक्षम प्राधिकारियों के साथ परस्पर सहमति द्वारा उस मामले को हल करने का प्रयास करेगा। इस प्रकार किए गए किसी भी करार को कार्यान्वित किया जाएगा चाहे संविदाकारी राज्यों के आन्तरिक कानूनों में कोई भी समय-सीमा निर्धारित क्यों न हो।
3. इस अधिसूचना की व्याख्या करने में अथवा इसे लागू करने में कोई कठिनाईयां अथवा अंकण उत्पन्न होने पर संविदाकारी राज्यों के सक्षम प्राधिकारियों उन्हें पारस्परिक सहमति से हल करने का प्रयास करेंगे। वे उन मामलों में भी दोहरे कृतघन के अक्षरण के लिए परस्पर विचार-विमर्श कर सकते हैं जिनकी इस अधिसूचना में व्यवस्था नहीं की गई है।
4. पूर्ववर्ती पैराग्राफों के अधिसूचना से किसी समझौते पर पहुंचने के प्रयोजनार्थ संविदाकारी राज्यों के सक्षम प्राधिकारियों अपने स्वयं के अथवा अपने प्रतिनिधियों के संयुक्त आयोग के माध्यम से सहित एक दूसरे के साथ सीधे संपर्क कर सकते हैं।

अनुच्छेद - 26

सूचना का आदान-प्रदान

1. संविदाकारी राज्यों के सक्षम प्राधिकारियों ऐसी सूचना {अधिप्रमाणित दस्तावेजों सहित} का आदान-प्रदान करेंगे जो इस अधिसूचना के उपबंधों को अथवा संविदाकारी राज्यों के उन करों से संबंधित स्वदेशी कानूनों के उपबंधों को कार्यान्वित करने के लिए आवश्यक है, जो इस अधिसूचना के अंतर्गत आते हैं, जहाँ तक कि उनके अधीन कृतघन व्यवस्था इस अधिसूचना के प्रतिकूल नहीं हो। सूचना का आदान-प्रदान अनुच्छेद 1 द्वारा प्रतिबंधित नहीं है। किसी भी संविदाकारी राज्य द्वारा प्रदान की गई कोई भी सूचना उसी प्रकार गुप्त मानी जाएगी जिस प्रकार उस राज्य के स्वदेशी कानूनों के अंतर्गत प्रदान की गई सूचना मानी जाती है और उसे केवल ऐसे व्यक्तियों अथवा प्राधिकारियों {जिसमें न्यायालय और प्रशासनिक निकाय भी शामिल हैं} को प्रकट किया जाएगा जो उन करों का निर्धारण अथवा उनकी वसूली करने, उनके बारे में प्रकृत अथवा अभियोजन अथवा उनसे संबंधित अधिनीतियों का निर्धारण करने में शामिल हों, जो अधिसूचना के अंतर्गत आते हैं। ऐसे व्यक्ति अथवा प्राधिकारियों सूचना का उपयोग केवल ऐसे प्रयोजनों के लिए करेंगे। वे सूचना को सार्वजनिक न्यायालय की कार्यवाहियों में अथवा न्यायिक निर्णयों में प्रकट कर सकेंगे।
2. किसी भी शर्त में पैराग्राफ 1 के उपबंधों का यह अर्थ नहीं लगाया जाएगा कि इससे किसी संविदाकारी राज्य पर निम्नलिखित बाधता लागू करना है :
 - {क} उस अथवा दूसरे संविदाकारी राज्य के कानूनों अथवा प्रशासनिक प्रथा से इतर प्रशासनिक उपचार करना ;
 - {ख} ऐसी सूचना को मुहैया कराना जो उस अथवा दूसरे संविदाकारी राज्य के कानूनों के अंतर्गत अथवा प्रशासन की सामान्य स्थिति में प्रदान नहीं है ;
 - {ग} ऐसी सूचना की सत्यापन करना जिससे कोई व्यापारिक, व्यावसायिक, औद्योगिक, आर्थिक अथवा कृषिक संबंधी गुप्त भेद अथवा व्यापारिक प्रक्रिया अथवा सूचना प्रकट होती हो जिसे प्रकट करना सार्वजनिक नीति {अर्थात् पब्लिक} के प्रतिकूल हो।

अनुच्छेद - 27

वसूली में सहायता

1. संविदाकारी राज्य अपने-अपने उपबंधों और अपने विधानों अथवा विनियमों के अनुसार इस अधिसूचना के अंतर्गत आने वाले करों की वसूली करने में परस्पर सहायता तथा समर्थन प्रदान करने के लिए करार करते हैं जब ऐसी वसूली के लिए सहायता मांगने वाले संविदाकारी राज्यों के कानूनों और विनियमों के अधीन वे धनराशियां निश्चित रूप से देय हो जाती हैं।
2. संविदाकारी राज्यों के सक्षम प्राधिकारियों यदि करों की वसूली के लिए सहायता करना व्यवहार्य समझे तो वे इस अनुच्छेद को लागू करने के तुरन्त पर निर्णय करने के लिए एक-दूसरे से परामर्श करेंगे।

अनुच्छेद - 28

राजनयिक मिशन और कौमुदी पदों के सदस्यों

इस अधिसूचना की किसी भी बात से अन्तरराष्ट्रीय कानून के सामान्य नियमों के अंतर्गत अथवा विशेष करों के उपबंधों के अंतर्गत राजनयिक मिशनों और कौमुदी पदों के सदस्यों के वित्तीय विशेषाधिकारों पर कोई प्रभाव नहीं पड़ेगा।

अनुच्छेद - 29

प्रकृत होना

1. यह अधिसूचना प्रत्येक संविदाकारी राज्य में इस अधिसूचना को लागू करने हेतु आवश्यक अंतर्गत विधिक प्रक्रियाओं को पूरा करने का उत्तेजक करने वाली राजनयिक टिप्पणियों के आदान-प्रदान करने की तारीख के बाद तीसरे दिन को लागू होगा।
2. यह अधिसूचना निम्न प्रकार से लागू होगा :
 - {क} पूर्णतः :
 - {i} छोट पर रोके गए करों के संबंध में, जिस अर्थ में यह अधिसूचना लागू होता है उसके अनुकूल आगते वर्ष की जनवरी माह के पहले दिन को अथवा उसके बाद उनकी उत्पत्ति का तथ्य पेश होगा ;
 - {ii} जिस अर्थ में यह अधिसूचना लागू होता है उसके अनुकूल आगते वर्ष की जनवरी माह के पहले दिन को अथवा उसके बाद शुरू होने वाले वित्तीय वर्ष में उत्पन्न आय पर अन्य करों के संबंध में।
 - {ख} भारत में :
 - {i} जिस कैलेंडर वर्ष में यह अधिसूचना लागू होता है उसके अनुकूल आगते वर्ष की अगले माह के पहले दिन को अथवा उसके बाद शुरू होने वाले वित्तीय वर्ष में उत्पन्न आय के संबंध में।

अनुच्छेद - 30

समापन

यह अभिसमय अनिश्चित समय तक लागू रहेगा किन्तु दोनों में से कोई भी संविदाकारी राज्य अधिसूचना देने के बाद के पंचवें वर्ष से किसी भी कैलेंडर वर्ष के जून माह के तीसवें दिन या उसके पहले राजनयिक माध्यमों से इस अभिसमय को रद्द कर सकता है। ऐसी परिस्थिति में, यह अभिसमय निम्न प्रकार से निष्प्राथमिक हो जाएगा :

§क§ पूर्णगाल में :

§i§ छोट पर लेके गए करों के संबंध में जिस तादिस को उक्त नोटिस में विनिर्दिष्ट समापन अवधि समाप्त होती है उसके अनुकर्षी अगले वर्ष की जनवरी माह के पहले दिन को अथवा उसके बाद प्रभावि उनकी उत्पत्ति पर तथ्य भेद होगा ;

§ii§ जिस तादिस को उक्त नोटिस में विनिर्दिष्ट समापन अवधि समाप्त होती है उसके अनुकर्षी अगले वर्ष की जनवरी माह के पहले दिन को अथवा उसके बाद शुरू होने वाले वित्तीय वर्ष में उद्भूत आय पर अन्य करों के संबंध में ;

§ब§ भारत में :

जिस तादिस को उक्त नोटिस में विनिर्दिष्ट समापन अवधि समाप्त होती है उसके अनुकर्षी अगले वर्ष के अंतिम माह के पहले दिन को अथवा उसके बाद शुरू होने वाले किसी वित्तीय वर्ष में उद्भूत आय के संबंध में ।

जिसके माध्यम में, इसके लिए विधिवत् रूप से प्रधिकृत अधोहस्ताक्षरियों ने इस अभिसमय पर हस्ताक्षर किए हैं ।

में वर्ष एक हजार नौ सौ अठ्ठानवे के माह के दिन पूर्णगाली, हिन्दी और अंग्रेजी भाषाओं में दो-दो प्रतियों में निष्पन्न किया गया और इसके तीनों षट समान रूप से प्रामाणिक हैं, संदेह की स्थिति में अंग्रेजी षट को प्रभावि माना जाएगा ।

पूर्णगाल गणराज्य की
सरकार की ओर से

F. Xavier de Jesus

भारत गणराज्य की
सरकार की ओर से

Dr. H. R.

श्रेतीकृत

आय पर करों के संबंध में दोहरे करपायन के परिहार और राजस्व अर्थवचन को एकत्र करने के लिए भारत गणराज्य और पूर्णगाली गणराज्य के बीच अभिसमय पर हस्ताक्षर करते समय अधोहस्ताक्षरों इस बात पर सहमत हुए हैं कि निम्नलिखित अभिसमय के अन्तर्गत आंगे होंगे :-

पडी अनुच्छेद - 3

पैरग्राफ 3 के प्रयोजनार्थ, अभिसमय की प्रयुक्ति के समय के संदर्भ में अर्थ वह समय है जब आय, जो कि इस अभिसमय की विषय वस्तु है, प्राप्त होती है ।

पडी अनुच्छेद - 3 और 23

अनुच्छेद 3 के पैरग्राफ 1 §प§ और अनुच्छेद 23 के प्रयोजनार्थ, "कर" अभिप्रेक्षित में ऐसी कोई राशि शामिल नहीं होगी जो करों, भेज पर यह अभिसमय लागू होता है, के संबंध में किसी चूक अथवा त्रुटि के संबंध में देय है अथवा जो उन करों के संबंध में लगाए गए अर्थ-दण्ड को दर्शाती है ।

पडी अनुच्छेद - 5

पैरग्राफ 2 के प्रयोजनार्थ, अर्थों के लिए भंडारण सुविधाएं प्रदान करने वाले किसी व्यक्ति के संबंध में भांडागार को एक स्थायी संस्थापन के रूप में माना जाएगा ।

पडी अनुच्छेद - 6

पैरग्राफ 1 के प्रयोजनार्थ, यह सहमति हुई है कि जिस संविदाकारी राज्य के व्यक्ति को सम्पत्ति से आय प्राप्त होती है और उसका निवासी है वह राज्य ऐसी आय पर कर लगाने का भी षत्र है ।

पडी अनुच्छेद - 7

पैरग्राफ 3 के प्रयोजनार्थ, यह सहमति हुई है कि उसमें उल्लिखित देशी कर कानूनों के उपबंध, भारत के मामले में, भारतीय आयकर अधिनियम, 1961 की धारा 44 ग से संबंधित हैं । आगे यह भी सहमति हुई है कि किसी भी दशा में धारा 44 ग में उल्लिखित बतों और सीमाएं इस अभिसमय पर हस्ताक्षर करने की तादिस को लागू उन बतों और सीमाओं से कम अनुकूल नहीं होंगी ।

पडी अनुच्छेद - 13

पैरग्राफ 1 और 4 के प्रयोजनार्थ, यह सहमति हुई है कि जिस संविदाकारी राज्य के व्यक्ति को पूंजीगत अभिलक्षण होता है और उसका निवासी है वह राज्य ऐसे पूंजीगत अभिलक्षण पर कर लगाने का भी षत्र है ।

पडी अनुच्छेद - 23

यह समझा जाता है कि अनुच्छेद 23 के पैरग्राफ 5 में प्रयुक्त शब्द "आर्थिक विकास" का तात्पर्य औद्योगिक विकास अथवा आधारभूत ढांचे संबंधी सुविधाओं का विकास होगा ।

पडी अनुच्छेद - 24

अनुच्छेद 24 के उपबंध संविदाकारी राज्यों, जो कम पूंजीकरण की समस्याओं से निपट रहे हैं, के कर कानून के किसी उपबंध के प्रयोग में बाधा नहीं डालते हैं ।

2. अनुच्छेद 24 के उपबंधों को इस अर्थ में लिया जाएगा कि जहां तक किए गए संविदाकारों की कटौती किए जाने का संबंध है, प्रत्येक संविदाकारी राज्य प्रमाण के दायित्व के संबंध में अपनी स्वयं की प्रक्रियाओं का प्रयोग कर सकता है ।

3. पैरग्राफ 2 के उपबंधों का अर्थ ऐसे किसी स्थायी संस्थापन, जो प्रामोहितलिखित राज्य में दूसरे संविदाकारी राज्य की किसी कम्पनी का है, के तारों पर कर की ऐसी दर लगाने से रोकना नहीं लगाया जाएगा, जो प्रामोहितलिखित संविदाकारी राज्य की इसी प्रकार की किसी कम्पनी पर लगाए गए कर की तुलना में अधिक हो, बशर्ते कि दोनों दरों के बीच अन्तर 10 प्रतिशत से अधिक न हो ।

जिसके माध्यम में, इसके लिए विधिवत् रूप से प्रधिकृत अधोहस्ताक्षरियों ने इस प्रेतोकेल पर हस्ताक्षर किए हैं ।

में वर्ष एक हजार नौ सौ अठ्ठानवे के माह के दिन पूर्णगाली, हिन्दी और अंग्रेजी भाषाओं में निष्पन्न किया गया और इसके तीनों षट समान रूप से प्रामाणिक हैं। संदेह की स्थिति में अंग्रेजी षट को प्रभावि माना जाएगा ।

पूर्णगाल गणराज्य की
सरकार की ओर से

F. Xavier de Jesus

भारत गणराज्य की
सरकार की ओर से

Dr. H. R.

CONVENTION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF INDIA FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME.

The Government of the Portuguese Republic and the Government of the Republic of India, desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, have agreed as follows:

CHAPTER I

Scope of the Convention

Article 1

Personal scope

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income all taxes imposed on total income or on elements of income, including taxes on gains from the alienation of movable

or immovable property and taxes on the amounts of wages or salaries paid by enterprises.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are in particular:

a) In the case of the Portuguese Republic:

- i) Personal income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- ii) Corporate income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC);
- iii) Local surtax on corporate income tax (derrama);

(hereinafter referred to as «Portuguese tax»);

b) In the case of the Republic of India:

The income tax including any surcharge thereon (hereinafter referred to as «Indian tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

CHAPTER II

Definitions

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a) The term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European Continent, the archipelagoes of Azores and Madeira, the respective territorial sea and any other zone in which, in accordance with the laws of Portugal and international law, the Portuguese Republic has its jurisdiction or sovereign rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources of the sea bed and subsoil, and of the superjacent waters;
- b) The term «India» means the territory of India and includes the territorial sea and airspace above it, as well as any other maritime zone — in which India has sovereign rights, other rights and jurisdictions, according to the Indian law and in accordance with international law, including the UN Convention on the Law of the Sea, 1982;
- c) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Portugal or India as the context requires;
- d) The term «tax» means Portuguese tax or Indian tax, as the context requires;
- e) The term «person» includes an individual, a company, a body of persons and any other entity which is treated as a taxable unit under the taxation laws in force in a Contracting State;

f) The term «company» means anybody corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;

g) The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;

h) The term «international traffic» means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise of a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;

i) The term «competent authority» means:

i) In Portugal: the Minister of Finance or the Director General of Taxation (director-geral dos Impostos) or their authorised representative;

ii) In India: the Central Government in the Ministry of Finance (Department of Revenue) or their authorised representative;

j) The term «national» means:

i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;

ii) Any legal person, partnership or association deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State;

k) The term «fiscal year» means:

i) In the case of Portugal, the civil year as laid down in the IRS Code or the taxation period as defined in the IRC Code;

ii) In the case of India, «previous year» as defined under section 3 of the Income Tax Act, 1961.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined therein shall unless the context otherwise requires, have the meaning which it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies, any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature. This term, however, does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be

deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);

- b) If the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;
- c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national;
- d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated. If the State in which its place of effective management is situated can not be determined, then the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) A place of management;
- b) A branch;
- c) An office;
- d) A factory;
- e) A workshop;
- f) A sales outlet; and
- g) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources, including an installation or structure used for the exploration or exploitation of natural resources only if so used for a period of more than 120 days in a fiscal year.

3 — A building site, construction, installation or assembly project or supervisory activities in connection therewith constitutes a permanent establishment only if it lasts more than nine months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

- a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or

merchandise or of collecting information, for the enterprise;

- e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;
- f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in subparagraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in the first-mentioned State, if:

- a) He has and habitually exercises in that State an authority to conclude contracts on behalf of the enterprise, unless his activities are limited wholly to the activities described in paragraph 4;
- b) He has no such authority, but habitually maintains in the first-mentioned State a stock of goods or merchandise from which he regularly delivers goods or merchandise on behalf of the enterprise and some additional activities conducted in that State on behalf of the enterprise have contributed to the sale of the goods or merchandise.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, an insurance enterprise of a Contracting State shall, except in regard to re-insurance, be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State if it collects premiums in the territory of that other State or insures risks situated therein through a person other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies.

8 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

CHAPTER III

Taxation of income

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships, boats, motor vehicles and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

5 — The foregoing provisions shall also apply to income from movable property, or income derived from services connected with the use or the right to use the immovable property, either of which, under the taxation law of the Contracting State in which the property is situated, is assimilated to income from immovable property.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to:

- a) That permanent establishment;
- b) Sales in that other State of goods or merchandise of the same or similar kind as those sold through that permanent establishment; or
- c) Other business activities carried on in that other State of the same or similar kind as those effected through that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere, subject to the provisions of the domestic laws of the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

4 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that

permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

6 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

Shipping and air transport

1 — Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State of which the enterprise is a resident.

2 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

3 — Whenever companies from different countries have agreed to carry on an air transportation business together in the form of a consortium, the provisions of paragraph 1 shall apply to such part of the profits of the consortium as corresponds to the participation held in that consortium by a company that is a resident of a Contracting State.

4 — For the purposes of this article, profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall mean profits derived from the transportation by sea or air of passengers, mail, livestock or goods carried on by the owner or lessees or charterers of the ships or aircraft, including profits from:

- i) The sale of tickets for such transportation on behalf of other enterprises;
- ii) The incidental lease of ships or aircraft used in such transportation; and
- iii) The use, maintenance or rental of containers (including trailers and related equipment for the transport of containers) by the enterprise engaged in international traffic in connection with such transportation.

5 — Interest on funds generated by the operation of ships or aircraft and arising directly to a permanent establishment of an enterprise of one Contracting State in the other Contracting State, shall be regarded as profits derived from the operation of ships or aircraft in international traffic. It is clarified that such interest shall not refer to interest on funds representing investments.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

- a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or
- b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State;

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but:

- a) Where the dividends are paid by a company which is a resident of Portugal to a resident of India who is the beneficial owner thereof, the Portuguese tax so charged shall not exceed:
 - i) 15 per cent of the gross amount of the dividends; or
 - ii) 10 per cent of the gross amount of the dividends if the beneficial owner is a company that, for an uninterrupted period of two years prior to the payment of the dividend, owns directly at least 25 per cent of the capital stock (capital social) of the company paying the dividends;
- b) Where the dividends are paid by a company which is a resident of India to a resident of Portugal who is the beneficial owner thereof, the Indian tax so charged shall not exceed:
 - i) 15 per cent of the gross amount of the dividends; or
 - ii) 10 per cent of the gross amount of the dividends if the beneficial owner is a company that, for an uninterrupted period of two fiscal years prior to the payment of the dividend, owns directly at least 25 per cent of the capital stock of the company paying the dividends.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, «jouissance» shares or

«jouissance» rights, mining shares, founder's shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident. The term also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits (associação em participação).

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case, the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the interest. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, interest arising in a Contracting State shall be exempted from tax in that State:

- a) If the debtor of such interest is that State, a political or administrative subdivision or a local authority thereof; or
- b) If interest is paid to the other Contracting State, a political or administrative subdivision or a local authority thereof or an institution (including a financial institution) in connection with any financing granted by them under an agreement between the Governments of the Contracting States.

4 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular,

income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

5 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political or administrative subdivision thereof, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

7 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties and fees for included services

1 — Royalties and fees for included services arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties and fees for included services may also be taxed in the Contracting State in which they arise and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties and fees for included services is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount. The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «royalties» as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematograph films and films or tapes or any other means of reproduction for use in connection with radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial, or scientific experience.

4 — For the purposes of this article «fees for included services» means payments of any kind, other than those mentioned in articles 14 and 15 of this Convention, to any person in consideration of the rendering of any technical or consultancy services (including through the provisions of services of technical or other personnel) if such services:

- a) Are ancillary and subsidiary to the application or enjoyment of the right, property or information for which a payment described in paragraph 3 is received; or
- b) Make available technical knowledge, experience, skill, know-how or processes or consist of the development and transfer of a technical plan or technical design which enables the person acquiring the services to apply the technology contained therein.

5 — Notwithstanding paragraph 4, «fees for included services» does not include payments:

- a) For services that are ancillary and subsidiary, as well as inextricably and essentially linked, to the sale of property;
- b) For services that are ancillary and subsidiary to the rental of ships, aircraft, containers or other equipment used in connection with the operation of ships or aircraft in international craft;
- c) For teaching in or by educational institutions;
- d) For services for the personal use of the individual or individuals making the payment;
- e) To an employee of the person making the payments or to any individual or firm of individuals (other than a company) for professional services as defined in article 14;
- f) For services rendered in connection with an installation or structure used for the exploration or exploitation of natural resources referred to in paragraph 2, f), of article 5;
- g) For services referred to in paragraph 3 of article 5.

6 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties and fees for included services, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties and fees for included services arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties and fees for included services are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

7 — Royalties and fees for included services shall be deemed to arise in a Contracting State where the payer is that State itself, a political or administrative subdivision thereof, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties and fees for included services, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or fixed base in connection with which the obligation to pay the royalties and fees for included services was incurred, and such royalties and fees for included services are borne by that per-

manent establishment or fixed base, then such royalties and fees for included services shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

8 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties and fees for included services, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from, the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

3 — Gains from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic or movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft, shall be taxable only in the Contracting State of which the enterprise is a resident.

4 — Gains from the alienation of shares in the capital stock of a company the property of which consists directly or indirectly principally of immovable property situated in a Contracting State may also be taxed in that State. Gains from the alienation of shares other than those mentioned above in a company which is a resident of a Contracting State may be taxed in that State.

5 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2, 3 and 4 shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State except in the following circumstances, when such income may also be taxed in the other Contracting State:

- a) If he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities; in that case, only

- b) so much of the income as is attributable to that fixed base may be taxed in that other State; or
- b) If his stay in the other State is for a period or periods exceeding in the aggregate 183 days in any twelve-month period commencing or ending in the fiscal year concerned; in that case, only so much of the income as is derived from his activities performed in the other State may be taxed in that other State.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18 and 19, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve-month period commencing or ending in the fiscal year concerned, and
- b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic may be taxed in the Contracting State of which the enterprise is a resident.

Article 16

Directors fees

Directors fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or supervisory board (in Portugal, conselho fiscal) or of another similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture,

radio or television artiste, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — However such income shall not be taxed in the State mentioned in paragraph 1 if the said activities are exercised during a visit to that State by a resident of the other Contracting State and when such visit is wholly or substantially financed by that other State, a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 18

Pensions

Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

Article 19

Government service

1 — *a)* Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

- i)* Is a national of that State; or
- ii)* Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — *a)* Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Professors, teachers and research scholars

1 — A professor, teacher or research scholar who is or was a resident of the Contracting State immediately before visiting the other Contracting State for the purpose of teaching or engaging in research, or both, at a university, college, school or other approved institution in that other Contracting State shall be exempt from

tax in that other State on any remuneration for such teaching or research for a period not exceeding two years from the date of his arrival in that other State.

2 — This article shall not apply to income from research, if such research is undertaken primarily for the private benefit of a specific person or persons.

3 — For the purposes of this article and article 21, an individual shall be deemed to be a resident of a Contracting State if he is resident in that State in the fiscal year in which he visits the other Contracting State or in the immediately preceding fiscal year.

4 — For the purposes of paragraph 1 «approved institution» means an institution which has been approved in this regard by the competent authority of the concerned State.

Article 21

Students and trainees

Payments which a student, a business apprentice or trainee who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives, for the purpose of his maintenance, education or training, shall not be taxed in that State, provided that such payments:

- a)* Arise from sources outside that State;
- b)* Are remuneration from employment in that other State in an amount not exceeding US\$ 3000 per annum during a period not exceeding two years from the day of his first arrival in that other Contracting State, provided that such employment is directly related to his studies.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, if a resident of a Contracting State derives income from sources within the other Contracting State in the form of lotteries, crossword puzzles, races including horse races, card games and other games of any sort or gambling or betting of any form or nature whatsoever, such income may be taxed in the other Contracting State.

CHAPTER IV

Methods for elimination of double taxation

Article 23

Elimination of double taxation

1 — The laws in force in either of the Contracting State will continue to govern the taxation of income in the respective Contracting States except where provisions to the contrary are made in this Convention.

2 — In the case of Portugal double taxation shall be eliminated as follows:

Where a resident of Portugal derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in India, Portugal shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the income tax paid in India. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in India.

3 — In the case of India double taxation shall be eliminated as follows:

Where a resident of India derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Portugal, India shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the income tax paid in Portugal whether directly or by deduction at source. Such amount shall not, however, exceed that part of the income tax, as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in Portugal.

4 — Where in accordance with any provisions of this Convention income derived by a resident of a Contracting State is exempt from tax in that State, such State may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such resident, take into account the exempted income.

5 — The tax paid in a Contracting State mentioned in paragraphs 1 and 2 of this article shall be deemed to include the tax on dividends, interest, royalties and fees for included services and business profits which would have been payable as laid down in this Convention but for the legal provisions concerning tax reduction or exemption of the Contracting States for the encouragement of genuine investment or economic development. The provisions of this paragraph shall apply for the first seven years during which this Convention is applicable. This period may be extended by mutual agreement between the competent authorities.

CHAPTER V

Special provisions

Article 24

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation

or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 6 of article 11, or paragraph 4 of article 12, apply, interest, royalties, technical fees and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State.

4 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

5 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 25

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 24, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention. They may also consult together for the elimination of double taxation in cases not provided for in the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 26

Exchange of information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information, including authenticated copies of the documents, as is necessary for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

2 — In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (order public).

Article 27

Collection assistance

1 — The Contracting States agree to provide mutual assistance and support for recovering, in accordance to the respective provisions and rules of their legislations or regulations, the taxes covered by this Convention, when these amounts are definitely due under the laws and regulations of the Contracting State seeking the assistance for such recovery.

2 — The competent authorities of the Contracting States shall consult each other to decide the mode of

application of this article in case they consider the rendering of assistance for collection of taxes feasible.

Article 28

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions and consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

Article 29

Entry into force

1 — This Convention shall enter into force on the thirtieth day after the date on which diplomatic notes indicating the completion of internal legal procedures necessary in each Contracting State for the entry into force of this Convention have been exchanged.

2 — This Convention shall apply:

a) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;
- ii) In respect of other taxes as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;

b) In India:

In respect of income arising in any fiscal year beginning on or after the first day of April next following the calendar year in which this Convention enters into force.

Article 30

Termination

This Convention shall remain in force indefinitely but either of the Contracting States may, on or before the thirtieth day of June in any calendar year from the fifth year following that in which the notifications have been given, terminate the Convention through diplomatic channels. In such event, the Convention shall cease to have effect:

a) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January of the year next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;
- ii) In respect of other taxes, as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;

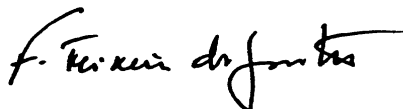
b) In India:

In respect of income arising in any fiscal year beginning on or after the first day of April next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires.

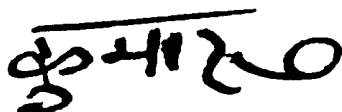
In witness whereof the undersigned, duly authorised thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate, at Lisboa this 11 day of September 1998, in Portuguese, Hindi and English languages, each text being equally authentic, the English text prevailing in case of doubt.

For the Government of the Portuguese Republic:



For the Government of Republic of India:



PROTOCOL

At the moment of signing the Convention between the Portuguese Republic and the Republic of India for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, the undersigned have agreed upon the following which shall be an integral part of the Convention.

Ad article 3

For the purposes of paragraph 3, the reference to the time of application of the Convention shall mean the time when the income which is the subject matter of this Convention arises.

Ad articles 3 and 23

For the purposes of paragraph 1, d), of article 3 and article 23 the expression «tax» shall not include any amount which is payable in respect of any default or omission in relation to the taxes to which this Convention applies or which represents a penalty imposed relating to those taxes.

Ad article 5

For the purposes of paragraph 2, a warehouse in relation to a person providing storage facilities for others will be considered as constituting a permanent establishment.

Ad article 6

For the purposes of paragraph 1, it is agreed that the Contracting State of which the person deriving income from property is a resident is also entitled to tax such income.

Ad article 7

For the purposes of paragraph 3, it is agreed that the provisions of the domestic tax laws referred to therein relate, in the case of India, to section 44C of the Indian Income Tax Act, 1961. It is further agreed that in no event the conditions and limits referred to in section 44C shall not be less favourable than those in force on the date of the signing of this Convention.

Ad article 13

For the purposes of paragraphs 1 and 4, it is agreed that the Contracting State of which the person deriving the capital gains is a resident is also entitled to tax such capital gains.

Ad article 23

It is understood that the term «economic development» used in paragraph 5 of article 23 would mean industrial development or development of infrastructural facilities.

Ad article 24

1 — The provisions of article 24 do not preclude the application of any provision of the tax law of the Contracting States dealing with thin capitalisation problems.

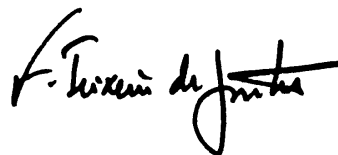
2 — The provisions of article 24 shall be construed in the sense that insofar as the deductibility of the incurred disbursements is concerned, each Contracting State may apply its own procedures regarding the burden of proof.

3 — The provisions of paragraph 2 shall not be construed as preventing a Contracting State from charging the profits of a permanent establishment which a company of the other Contracting State has in the first mentioned State at a rate of tax which is higher than that imposed on the profits of a similar company of the first mentioned Contracting State subject to the difference between the two rates not being more than 10%.

In witness whereof, the undersigned, duly authorised thereto, have signed this Protocol.

Done in duplicate, at Lisbon this 11 day of September 1998, in Portuguese, Hindi and English languages, each text being equally authentic, the English text prevailing in case of doubt.

For the Government of the Portuguese Republic:



For the Government of the Republic of India:

